

**RIGER – RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES
GERENCIAIS**

**Secretaria Geral de Tecnologia da Informação
(SGTEC)**





**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Ano: 2025



Semestral



Anual

ATENÇÃO! Marque com um X uma das opções acima, conforme o período das informações: 1º semestre (consolida as informações do 1º semestre) ou anual (as informações do 1º semestre são acumuladas às do 2º semestre para fins de consolidação do ano vigente).

DADOS DO RELATÓRIO	
ELABORADO POR:	DEPARTAMENTO DE GESTÃO E GOVERNANÇA DE TIC (DEGET)
APROVADO POR:	SECRETARIA-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)
DATA DE EMISSÃO:	21/07/2025

DADOS REFERENCIAIS DA UNIDADE EMISSORA DO RIGER	
DENOMINAÇÃO:	SECRETARIA-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)
TELEFONE:	(21) 3133-9010
LINK:	https://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/secretarias-gerais/sgtec
CNPJ:	28.538.734/0001-48
E-MAIL GERAL:	sgtec@tjrj.jus.br



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Sumário

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	5
2. ESTRUTURA DA SECRETARIA-GERAL.....	6
2.1. Objetivo.....	6
2.2. Administração Superior.....	10
3. DEPARTAMENTOS	10
3.1 Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DETIC).....	10
3.2 - Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário (DEATE).....	11
3.3 Departamento de Sistemas Administrativos (DESAD).....	13
3.4 Departamento de Gestão e Governança de TIC (DEGET)	14
3.5 Departamento de Sistemas Judiciais (DEJUD)	15
4. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DA SGTEC.....	17
4.1 Rotinas Administrativas (RADs) Gerais:.....	17
4.2 Rotinas Administrativas (RADs) Operacionais:.....	17
5. INDICADORES E MÉTRICAS INSTITUCIONAIS.....	20
5.1 IGovTIC-JUD.....	20
5.2 Disponibilidade do Banco de Dados.....	20
5.3 Índice de Solicitações de Atendimentos Concluídas Dentro do Prazo.....	21
6. GOVERNANÇA DE TIC	23
6.1 Reestruturação do Escritório de Projetos	23
6.2 Melhoria da Gestão Orçamentária.....	23
6.3 Gestão da Observabilidade	24
6.4 Plano Diretor de TIC com foco em resultados	25
6.5 Qualidade de Software e Melhoria de Processos.....	26
6.6 Melhorias na Governança das Contratações de TIC	27
6.7 Atualização do Fluxo de Processos da SGTEC	28
6.8 Implantação de Nova Solução de Gestão de Serviços de TI	28
6.9 Capacitação das Equipes.....	29
6.10 Portfolio de Softwares e Especialistas - SOFE	30
6.11 Estruturação e Fundamentação da Arquitetura de Referência	31



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

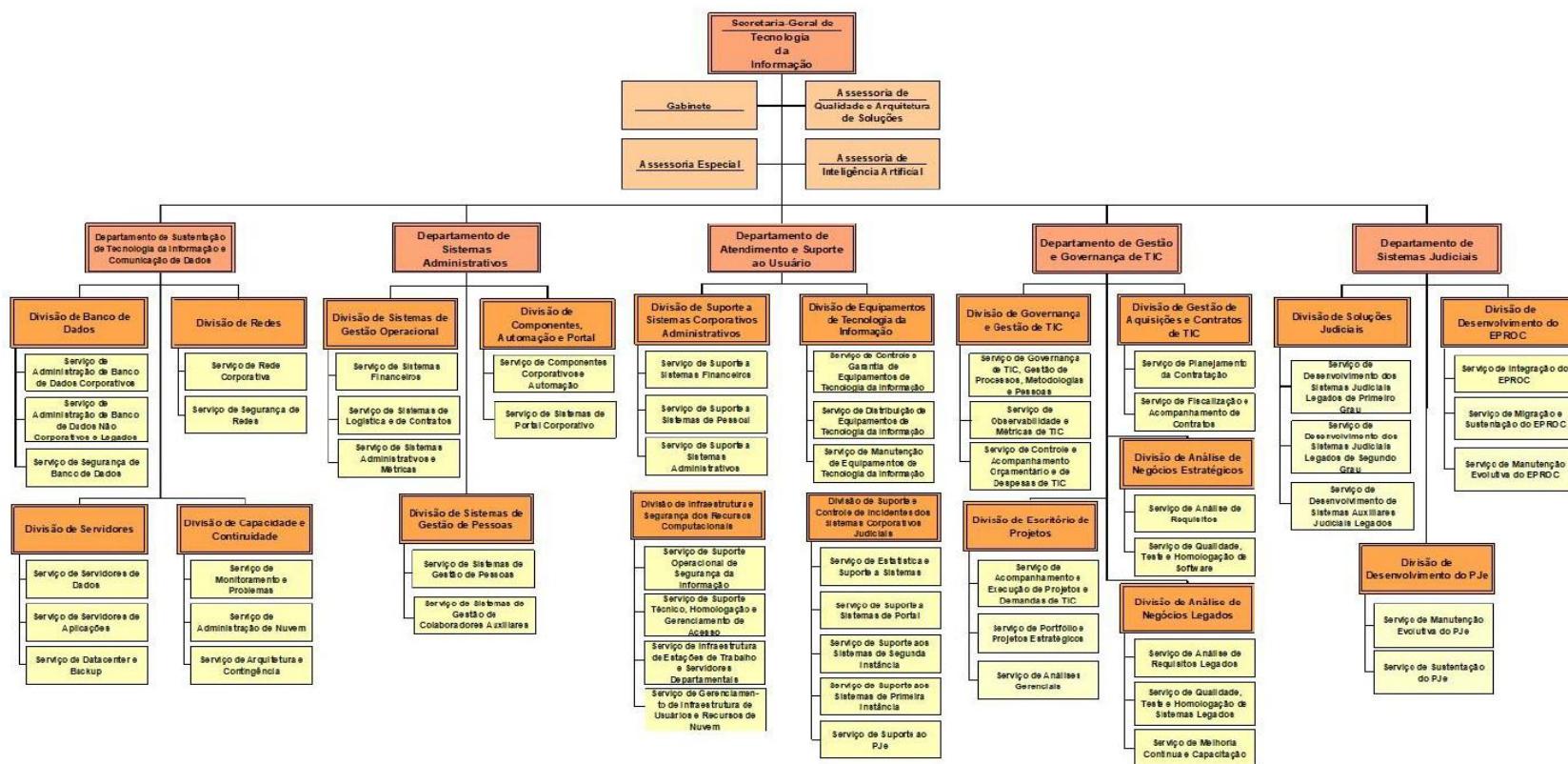
7. INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	32
7.1 Otimização de Custos, Eficiência Operacional e FinOps	32
7.2 Iniciativas DevOps.....	34
7.3 Ações de Monitoramento e Observabilidade	35
7.4 Aquisição de Equipamentos e Serviços.....	38
7.5 Segurança da Informação	40
8. SISTEMAS E APLICAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	42
8.1 Sistema eproc.....	42
8.2 Evolução Contínua dos Sistemas PJe, EJUD e Sistema de Convênios	46
8.3 Evolução dos Sistemas Corporativos de Gestão de Pessoas (GPES/GPESWEB)	49
9. ATENDIMENTO, SUPORTE AO USUÁRIO E VIRTUALIZAÇÃO DO TRABALHO	49
9.1 Infraestrutura de Computadores e Usuários	49
9.2 Atendimento ao Usuário	51
10. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	52
10.1 Assistente IA (ASSIS) - 1 ^a e 2 ^a Instâncias	52
10.2 Precedentes Qualificados	54
10.3 Projeto de Classificador de Classes e Assuntos	55
11. OUTRAS REALIZAÇÕES NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	58
11.1 Evolução de Sistemas Judiciais Legados.....	58
11.2 Evolução de Sistemas Administrativos	63
12. PLANILHAS DE INDICADORES – ESTRATÉGICOS, GERENCIAIS E OPERACIONAIS	72



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

2. ESTRUTURA DA SECRETARIA-GERAL

2.1. Objetivo

A Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação tem por missão propiciar às unidades organizacionais do Poder Judiciário os recursos tecnológicos, os sistemas de informação e os serviços necessários à informatização de seus processos de gestão e operação, incumbindo-lhe, especialmente:

- a) propor ao órgão colegiado de Governança de Tecnologia da Informação as diretrizes e prioridades estratégicas relacionadas à informatização das unidades organizacionais e dos processos de gestão e operação;
- b) elaborar o plano diretor de tecnologia da informação para o Poder Judiciário, a partir de diretrizes e prioridades estratégicas homologadas pelo órgão colegiado de Governança de Tecnologia da Informação;
- c) promover a realização de estudos voltados à prospecção de novas tecnologias, métodos e ferramentas para apoio ao processo de informatização do Poder Judiciário;
- d) buscar soluções inovadoras de Tecnologia da Informação que contribuam para a melhoria da qualidade e agilidade da prestação jurisdicional;
- e) estimular e coordenar o relacionamento com unidades de informatização de outros Tribunais, do Poder Executivo Estadual, do Ministério Público e de outras entidades externas, no sentido da integração entre bases de dados e sistemas de informação.

São unidades da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação:

- I - Gabinete;
- II - Assessoria Especial;
- III - Assessoria de Inteligência Artificial;
- IV - Assessoria de Qualidade e Arquitetura de Soluções;
- V - Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados;
- VI - Divisão de Servidores;
- VII - Serviço de Servidores de Dados;
- VIII - Serviço de Servidores de Aplicações;
- IX - Serviço de Datacenter e Backup;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

X - Divisão de Redes;

XI - Serviço de Rede Corporativa;

XII - Serviço de Segurança de Redes;

XIII - Divisão de Banco de Dados;

XIV - Serviço de Administração de Banco de Dados Corporativos;

XV - Serviço de Administração de Banco de Dados Não Corporativos e Legados;

XVI - Serviço de Segurança de Banco de Dados;

XVII - Divisão de Capacidade e Continuidade;

XVIII - Serviço de Monitoramento e Problemas;

XIX - Serviço de Administração de Nuvem;

XX – Serviço de Arquitetura e Contingência;

XXI - Departamento de Sistemas Administrativos;

XXII - Divisão de Componentes, Automação e Portal;

XXIII - Serviço de Componentes Corporativos e Automação;

XXIV - Serviço de Sistemas de Portal Corporativo;

XXV - Divisão de Sistemas de Gestão Operacional;

XXVI - Serviço de Sistemas Financeiras;

XXVII - Serviço de Sistemas de Logística e de Contratos;

XXVIII - Serviço de Sistemas Administrativos e Métricas;

XXIX - Divisão de Sistemas de Gestão de Pessoas;

XXX - Serviço de Sistemas de Gestão de Pessoas;

XXXI - Serviço de Sistemas de Gestão de Colaboradores Auxiliares;

XXXII - Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário;

XXXIII - Divisão de Equipamentos de Tecnologia da Informação;

XXXIV - Serviço de Controle e Garantia de Equipamentos de Tecnologia da Informação;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- XXXV - Serviço de Distribuição de Equipamentos de Tecnologia da Informação;
- XXXVI - Serviço de Manutenção de Equipamentos de Tecnologia da Informação;
- XXXVII - Divisão de Infraestrutura e Segurança dos Recursos Computacionais;
- XXXVIII - Serviço de Suporte Operacional de Segurança da Informação;
- XXXIX - Serviço de Suporte Técnico, Homologação e Gerenciamento de Acesso;
- XL - Serviço de Infraestrutura de Estações de Trabalho e Servidores Departamentais;
- XLI - Serviço de Gerenciamento de Infraestrutura de Usuários e Recursos de Nuvem;
- XLII - Divisão de Suporte e Controle de Incidentes dos Sistemas Corporativos Judiciais;
- XLIII - Serviço de Estatística e Suporte a Sistemas;
- XLIV - Serviço de Suporte a Sistemas de Portal;
- XLV - Serviço de Suporte aos Sistemas de Segunda Instância;
- XLVI - Serviço de Suporte aos Sistemas de Primeira Instância
- XLVII - Serviço de Suporte ao PJe;
- XLVIII - Divisão de Suporte a Sistemas Corporativos Administrativos;
- XLIX - Serviço de Suporte a Sistemas Financeiros;
- L - Serviço de Suporte a Sistemas de Pessoal;
- LI - Serviço de Suporte a Sistemas Administrativos;
- LII - Departamento de Gestão e Governança de TIC;
- LIII - Divisão de Governança e Gestão de TIC;
- LIV - Serviço de Governança de TIC, Gestão de Processos, Metodologias e Pessoas;
- LV - Serviço de Controle e Acompanhamento Orçamentário e de Despesas de TIC;
- LVI - Serviço de Observabilidade e Métricas de TIC;
- LVII - Divisão de Gestão de Aquisições e Contratos de TIC;
- LVIII - Serviço de Planejamento da Contratação;
- LIX - Serviço de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

LX - Divisão de Escritório de Projetos;

LXI - Serviço de Acompanhamento e Execução de Projetos e Demandas de TIC;

LXII - Serviço de Portfólio e Projetos Estratégicos;

LXIII - Serviço de Análises Gerenciais;

LXIV - Divisão de Análise de Negócios Estratégicos;

LXV - Serviço de Análise de Requisitos;

LXVI - Serviço de Qualidade, Teste e Homologação de Software;

LXVII - Divisão de Análise de Negócios Legados;

LXVIII - Serviço de Análise de Requisitos Legados;

LXIX - Serviço de Qualidade, Teste e Homologação de Sistemas Legados;

LXX - Serviço de Melhoria Contínua e Capacitação;

LXXI - Departamento de Sistemas Judiciais;

LXXII - Divisão de Soluções Judiciais;

LXXIII - Serviço de Desenvolvimento dos Sistemas Judiciais Legados de Primeiro Grau;

LXXIV - Serviço de Desenvolvimento dos Sistemas Judiciais Legados de Segundo Grau;

LXXV - Serviço de Desenvolvimento de Sistemas Auxiliares Judiciais Legados;

LXXVI - Divisão de Desenvolvimento do PJe;

LXXVII - Serviço de Manutenção Evolutiva do PJe;

LXXVIII - Serviço de Sustentação do PJe;

LXXIX - Divisão de Desenvolvimento do EPROC;

LXXX - Serviço de Integração do EPROC;

LXXXI – Serviço Migração e Sustentação do EPROC;

LXXXII - Serviço de Manutenção Evolutiva do EPROC.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

2.2. Administração Superior

- **Secretário-Geral:** Daniel Haab
E-mail: sgtec@tjrj.jus.br
- **RD:** João Romano
E-mail: deget.digoc@tjrj.jus.br
- **Substituto de RD:** Leandro Soares
E-mail: deget.segov@tjrj.jus.br

3. DEPARTAMENTOS

3.1 Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DETIC)

Cabe ao **Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados** prover e supervisionar toda a infraestrutura de tecnologia da informação (TI) necessária ao bom desempenho das atividades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

O **Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados** compreende as seguintes Unidades:

- I Divisão de Servidores;
- II Divisão de Redes;
- III Divisão de Banco de Dados;
- IV Divisão de Capacidade e Continuidade.

São unidades da Divisão de Servidores:

- I Serviço de Servidores de Dados;
- II Serviço de Servidores de Aplicações;
- III Serviço de Datacenter e Backup.

São unidades da Divisão de Redes:

- I Serviço de Rede Corporativa;
- II Serviço de Segurança de Redes.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

São unidades da Divisão de Banco de Dados:

- I Serviço de Administração de Banco de Dados Corporativos;
- II Serviço de Administração de Banco de Dados Não Corporativos e Legados;
- III Serviço de Segurança de Banco de Dados.

São unidades da Divisão de Capacidade e Continuidade:

- I Serviço de Monitoramento e Problemas;
- II Serviço de Administração de Nuvem;
- III Serviço de Arquitetura e Contingência.

Diretor: Sidney Pryor

E-mail: detic.asse@tjrj.jus.br

3.2 - Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário (DEATE)

Cabe ao Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário:

- a) administrar a política de equipamentos de informática de pequeno porte;
- b) suprir o Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e a Administração do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro de informações para tomada de decisões a respeito de equipamentos de informática de pequeno porte, tais como: obsolescência, situação do estoque, distribuição dos equipamentos, necessidades de aquisição e outras similares que com elas guardem relação;
- c) administrar a política de aplicativos de apoio e sistemas;
- d) suprir o Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e a Administração de informações para tomada de decisões a respeito de aplicativos de apoio e sistemas, tais como: política de acessos, necessidades de aquisição e distribuição de licenças, dentre outras;
- e) monitorar e controlar a produtividade e qualidade dos serviços de suporte, treinamento e implantação, coordenando as iniciativas de melhoria contínua dos serviços, bem como atuando junto às empresas externas contratadas, para que os níveis de serviços acordados sejam cumpridos;
- f) administrar as políticas de treinamento e implantação de sistemas;
- g) gerir os recursos humanos e tecnológicos do Departamento, de forma a alocá-los da melhor maneira possível nas divisões e serviços, de acordo com as necessidades e demandas de cada área;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- h) controlar os processos administrativos que são encaminhados ao seu Departamento;
- i) participar de reuniões junto a Administração para definição de estratégias e políticas envolvendo o suporte e treinamento sistemas ou equipamentos de pequeno porte e aplicativos de apoio.

O Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário compreende as seguintes Unidades:

- I Divisão de Equipamentos de Tecnologia da Informação;
- II Divisão de Infraestrutura e Segurança dos Recursos Computacionais;
- III Divisão de Suporte a Sistemas Corporativos Administrativos;
- IV Divisão de Suporte e Controle de Incidentes dos Sistemas Corporativos Judiciais.

São unidades da Divisão de Equipamentos de Tecnologia da Informação:

- I Serviço de Controle e Garantia de Equipamentos de Tecnologia da Informação;
- II Serviço de Distribuição de Equipamentos de Tecnologia da Informação;
- III Serviço de Manutenção de Equipamentos de Tecnologia da Informação.

São unidades da Divisão de Infraestrutura e Segurança dos Recursos Computacionais:

- I Serviço de Suporte Operacional de Segurança da Informação;
- II Serviço de Suporte Técnico, Homologação e Gerenciamento de Acesso;
- III Serviço de Infraestrutura de Estações de Trabalho e Servidores Departamentais;
- IV Serviço de Gerenciamento de Infraestrutura de Usuários e Recursos de Nuvem.

São unidades da Divisão de Suporte e Controle de Incidentes dos Sistemas Corporativos Judiciais:

- I Serviço de Estatística e Suporte a Sistemas;
- II Serviço de Suporte a Sistemas de Portal;
- III Serviço de Suporte aos Sistemas de Segunda Instância;
- IV Serviço de Suporte aos Sistemas de Primeira Instância;
- V Serviço de Suporte ao PJe.

São unidades da Divisão de Suporte a Sistemas Corporativos Administrativos:

- I Serviço de Suporte a Sistemas de Pessoal;
- II Serviço de Suporte a Sistemas Financeiros;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

III Serviço de Suporte a Sistemas Administrativos.

Diretora: Bárbara Ramos

E-mail: deatesecretaria@tjrj.jus.br

3.3 Departamento de Sistemas Administrativos (DESAD)

Cabe ao Departamento de Sistemas Administrativos:

- a) responder pela concepção, desenvolvimento e implementação de sistemas de natureza administrativa para as unidades organizacionais do Poder Judiciário;
- b) dar apoio técnico e operacional à construção e implementação de sistemas pelas divisões do Departamento;
- c) responder, junto com o Departamento de Sistemas Judiciais, pela definição de metodologias, técnicas, ferramentas e padrões utilizados para o desenvolvimento de sistemas;
- d) planejar, coordenar, controlar e divulgar o processo de desenvolvimento de sistemas;
- e) fiscalizar o cumprimento e a observância dos critérios de desenvolvimento estabelecidos;
- f) planejar e fiscalizar a adequada utilização de recursos nas atividades pertinentes aos sistemas de informação.

O **Departamento de Sistemas Administrativos** compreende as seguintes Unidades:

I Divisão de Componentes, Automação e Portal;

II Divisão de Sistemas de Gestão Operacional;

III Divisão de Sistemas de Gestão de Pessoas.

São unidades da Divisão de Componentes, Automação e Portal:

I Serviço de Componentes Corporativos e Automação;

II Serviço de Sistemas de Portal Corporativo.

São unidades da Divisão de Sistemas de Gestão Operacional:

I Serviço de Sistemas Financeiros;

II Serviço de Sistemas de Logística e de Contratos;

III Serviço de Sistemas Administrativos e Métricas.

São unidades da Divisão de Sistemas de Gestão de Pessoas:



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- I Serviço de Sistemas de Gestão de Pessoas;
- II Serviço de Sistemas de Gestão de Colaboradores Auxiliares.

Diretor: Flávio Maceira

E-mail: desis.secretaria@tjrj.jus.br

3.4 Departamento de Gestão e Governança de TIC (DEGET)

Cabe ao Departamento de Gestão e Governança de TIC prover e supervisionar toda gestão de TIC promovendo ações visando o alinhamento da Governança de TIC com a Governança Institucional.

O Departamento de Gestão e Governança de TIC compreende as seguintes Unidades:

- I Divisão de Governança e Gestão de TIC;
- II Divisão de Gestão de Aquisições e Contratos de TIC;
- III Divisão de Escritório de Projetos;
- IV Divisão de Análise de Negócios Estratégicos;
- V Divisão de Análise de Negócios Legados.

São unidades da Divisão de Governança e Gestão de TIC:

- I Serviço de Governança de TIC, Gestão de Processos, Metodologias e Pessoas;
- II Serviço de Observabilidade e Métricas de TIC;
- III Serviço de Controle e Acompanhamento Orçamentário e de Despesas de TIC.

São unidades da Divisão de Gestão de Aquisições e Contratos de TIC:

- I Serviço de Planejamento da Contratação;
- II Serviço de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos.

São unidades da Divisão de Escritório de Projetos:

- I Serviço de Acompanhamento e Execução de Projetos e Demandas de TIC;
- II Serviço de Portfólio e Projetos Estratégicos;
- III Serviço de Análises Gerenciais.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

São unidades da Divisão de Análise de Negócios Estratégicos:

- I Serviço de Análise de Requisitos;
- II Serviço de Qualidade, Teste e Homologação de Software.

São unidades da Divisão de Análise de Negócios Legados:

- I Serviço de Análise de Requisitos Legados;
- II Serviço de Qualidade, Teste e Homologação de Sistemas Legados;
- III Serviço de Melhoria Contínua e Capacitação.

Diretor: André Gurgel

E-mail: sgtec.deget@tjrj.jus.br

3.5 Departamento de Sistemas Judiciais (DEJUD)

Cabe ao Departamento de Sistemas Judiciais:

- a) responder pela concepção, desenvolvimento e implementação de sistemas de natureza corporativa judicial para as unidades organizacionais do Poder Judiciário;
- b) fomentar a integração dos sistemas judiciais à PDPJ;
- c) dar apoio técnico e operacional à construção e implementação de sistemas pelas divisões do Departamento;
- d) responder, junto com o Departamento de Sistemas Administrativos, pela definição de metodologias, técnicas, ferramentas e padrões utilizados para o desenvolvimento de sistemas;
- e) planejar, coordenar, controlar e divulgar o processo de desenvolvimento de sistemas judiciais;
- f) fiscalizar o cumprimento e a observância dos critérios de desenvolvimento estabelecidos;
- g) planejar e fiscalizar a adequada utilização de recursos nas atividades pertinentes aos sistemas de informação judiciais.

O **Departamento de Sistemas Judiciais** compreende as seguintes Unidades:

- I Divisão de Desenvolvimento do PJe;
- II Divisão de Desenvolvimento do EPROC;
- III Divisão de Soluções Judiciais.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

São unidades da Divisão de Desenvolvimento do PJe:

- I Serviço de Manutenção Evolutiva do PJe;
- II Serviço de Sustentação do PJe.

São unidades de Desenvolvimento do EPROC:

- I Serviço de Integração do EPROC;
- II Serviço de Migração e Sustentação do EPROC;
- III Serviço de Manutenção Evolutiva do EPROC.

São unidades da Divisão de Soluções Judiciais:

- I Serviço de Desenvolvimento dos Sistemas Judiciais Legados de Primeiro Grau;
- II Serviço de Desenvolvimento dos Sistemas Judiciais Legados de Segundo Grau;
- III Serviço de Desenvolvimento de Sistemas Auxiliares Judiciais Legados.

Diretor: Rafael Alves

E-mail: sgtec.dejud@tjrj.jus.br



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

4. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DA SGTEC

4.1 Rotinas Administrativas (RADs) Gerais:

RAD-SGTEC-040 - Gerir o Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados

Estabelecer critérios e procedimentos gerais para a gestão do Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados, da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (SGTEC/DETIC) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Poder Judiciário RJ).

4.2 Rotinas Administrativas (RADs) Operacionais:

RAD-SGTEC-021 - Elaborar e Manter Rotinas de Armazenamento de Cópias de Segurança de Dados

Estabelecer critérios e procedimentos para a segurança da informação dos registros organizacionais armazenados eletronicamente, emitindo diretrizes gerais para sua confidencialidade, integridade e disponibilidade.

RAD-DGTEC-039 - Controlar Recebimento de Bens de Informática em Doação do Conselho Nacional de Justiça

Estabelecer critérios e procedimentos para o recebimento de bens de informática em doação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

RAD-DGTEC-041 - Ciclo de Formação e Execução de Contratos de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação

Em revisão

RAD-DGTEC-042 - Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação

Esta rotina administrativa (RAD) se aplica à Divisão de Gestão de Aquisições e Contratos de TIC, da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DIGAC) e demais unidades que apresentam interfaces com esse processo de trabalho. Tem o objetivo de padronizar o processo de apoio à gestão dos contratos de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Poder Judiciário RJ).



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

RAD-SGTEC-043 - Administrar o Lançamento de Dados no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS

Estabelecer critérios e procedimentos para auxiliar as unidades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Poder Judiciário RJ) no cadastramento, acesso e envio de dados ao Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS, para o exercício do controle externo da Administração Pública, disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ.

RAD-SGTEC-046 – Gerenciar Análise de Negócio

Esta Rotina Administrativa (RAD) se aplica ao Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário, da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DEATE) e às demais unidades que apresentam interfaces com esse processo de trabalho. Tem o objetivo de fornecer informações sobre as operações de análise de negócio, levantamento de requisitos, homologação, capacitação e aculturamento de sistemas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Poder Judiciário RJ).

RAD-SGTEC-047 – Gerenciar Problemas

Esta Rotina Administrativa (RAD) se aplica aos Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário, da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DEATE) e demais unidades que apresentam interfaces com esse processo de trabalho. Tem o objetivo de fornecer informações sobre o tratamento de problemas de Informática no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Poder Judiciário RJ).

RAD-SGTEC-048 – Gerenciar Desenvolvimento de Software

Esta Rotina Administrativa (RAD) se aplica ao Departamento de Sistemas Judiciais e ao Departamento de Sistemas Administrativos, da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DEJUD) e (SGTEC/DESAD) e demais unidades que apresentam interfaces com esse processo de trabalho. Tem o objetivo de fornecer informações sobre o atendimento a demandas que originem o desenvolvimento de soluções de informática no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ).

RAD-SGTEC-049 – Gerenciar Incidentes

Esta Rotina Administrativa (RAD) se aplica ao Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário, da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DEATE) e demais unidades que apresentam



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

interfaces com esse processo de trabalho. Tem o objetivo de fornecer informações sobre o tratamento de incidentes de Informática no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

RAD-SGTEC-050 – Gerenciar Requisições de Usuários

Esta Rotina Administrativa (RAD) se aplica ao Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário, da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DEATE) e demais unidades que apresentam interfaces com esse processo de trabalho. Tem o objetivo de fornecer informações sobre a instalação e manutenção de equipamentos, aplicativos de apoio e sistemas utilizados pelos usuários no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Poder Judiciário RJ).

RAD-SGTEC-051 – Gerenciar Mudanças de TIC

Esta Rotina Administrativa (RAD) se aplica ao Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados, da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DETIC) e demais unidades que apresentam interfaces com esse processo de trabalho. Tem o objetivo de fornecer informações sobre o processo de gestão de mudanças que decorre em alterações na infraestrutura de TIC no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Poder Judiciário RJ).

RAD-SGTEC-052 – Gerenciar a Disponibilidade e a Capacidade de TIC

Esta rotina administrativa (RAD) se aplica ao Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DETIC) e demais unidades que apresentam interfaces com esse processo de trabalho. Tem o objetivo de estabelecer o processo de gerenciamento de disponibilidade e capacidade dos serviços e ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Poder Judiciário RJ).

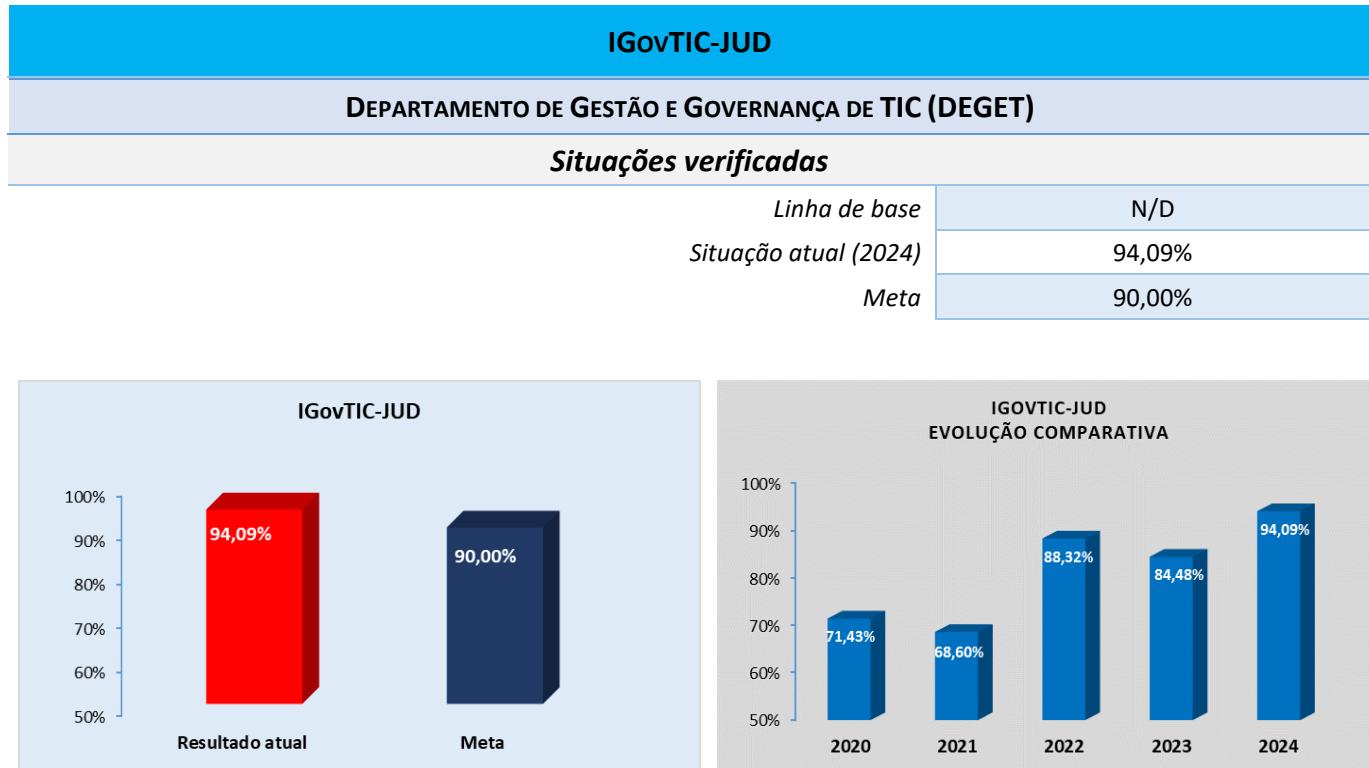


RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

5. INDICADORES E MÉTRICAS INSTITUCIONAIS

5.1 IGovTIC-JUD



Análise geral:

Este é um diagnóstico realizado por meio de um questionário aplicado pelo CNJ, cujo resultado define o nível de maturidade em TIC da instituição. No índice de 2024, o TJRJ obteve uma pontuação de 94,09, atingindo assim o nível de excelência. A coleta de dados para o índice de 2025 foi realizada maio e, conforme cronograma do CNJ, a divulgação do resultado está prevista para 10/09/2025.

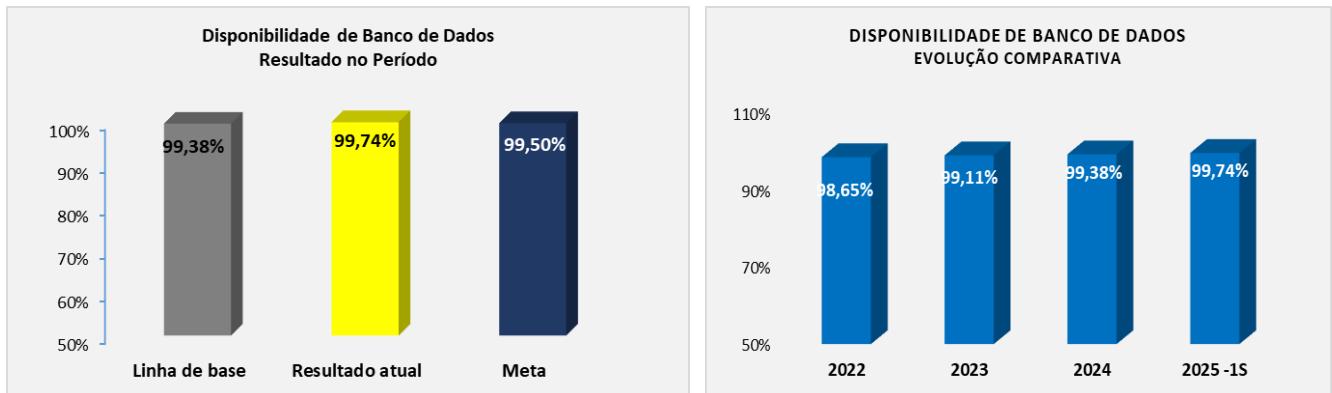
5.2 Disponibilidade do Banco de Dados.





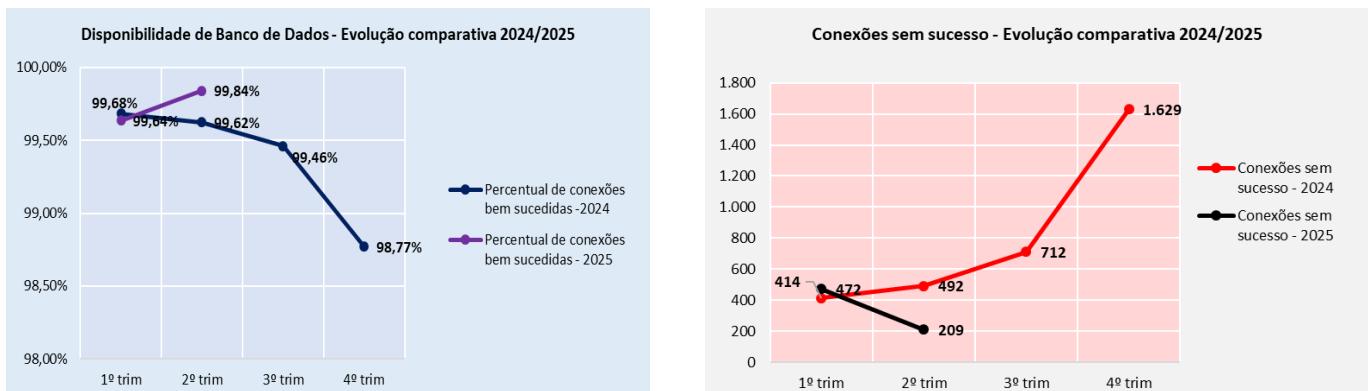
RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Análise geral:

No 1º semestre de 2025, devido a ações reativas mais eficazes e a uma constante melhoria no monitoramento, obteve-se um percentual médio de disponibilidade dentro da meta, sem ocorrências relevantes.



5.3 Índice de Solicitações de Atendimentos Concluídas Dentro do Prazo

ÍNDICE DE SOLICITAÇÕES DE ATENDIMENTOS CONCLUÍDAS DENTRO DO PRAZO	
DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO E SUPORTE AO USUÁRIO (DEATE)	
Situações verificadas	
Linha de base	96,42%
Situação atual	97,9%
Meta	95,0%



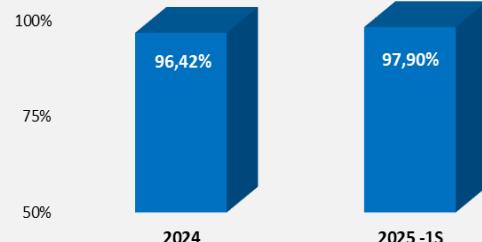
RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Índice de Solicitações de Atendimentos Concluídas Dentro do Prazo - Média no Período



ÍNDICE DE SOLICITAÇÕES DE ATENDIMENTOS CONCLUÍDAS DENTRO DO PRAZO - EVOLUÇÃO COMPARATIVA

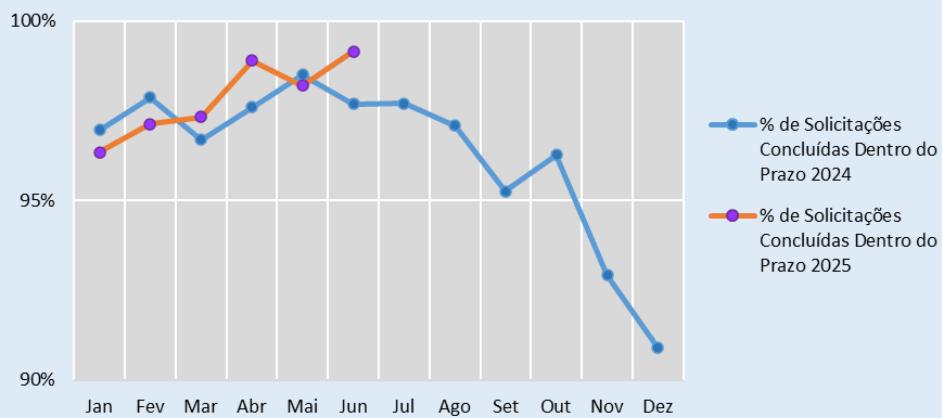


Análise geral:

Em 02/12/2024, a nova contratada iniciou suas atividades e começou a realizar a contratação dos funcionários em ondas. Esse processo, até sua conclusão, impactou o atendimento e causou a queda nos índices alcançados. Com o preenchimento das equipes de atendimento, normalizado no final do mês de janeiro/25, o indicador apresentou incremento, atingindo o patamar de 95% a partir de jan/25, quando foi possível normalizar o backlog deixado durante o processo de mudança da empresa contratada.

Índice de Solicitações de Atendimentos Concluídas Dentro do Prazo - Evolução Comparativa 2024/2025													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Resultado no período
Solicitações Registradas - 2024	34.115	33.252	38.147	39.515	40.877	38.408	42.982	42.022	42.046	44.854	37.314	28.228	461.760
Solicitações Concluídas Dentro do Prazo - 2024	33.077	32.545	36.887	38.564	40.266	37.519	41.998	40.800	40.054	43.179	34.668	25.656	445.213
% de Solicitações Concluídas Dentro do Prazo 2024	96,96%	97,87%	96,70%	97,59%	98,51%	97,69%	97,71%	97,09%	95,26%	96,27%	92,91%	90,89%	96,42%
Solicitações Registradas - 2025	42.914	43.690	44.822	44.524	47.504	43.551							267.005
Solicitações Concluídas Dentro do Prazo - 2025	41.344	42.434	43.621	44.037	46.654	43.182							261.272
% de Solicitações Concluídas Dentro do Prazo 2025	96,3%	97,1%	97,3%	98,9%	98,2%	99,2%							97,9%

% de Solicitações Concluídas Dentro do Prazo - Evolução Comparativa 2024/2025





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

6. GOVERNANÇA DE TIC

6.1 Reestruturação do Escritório de Projetos

A reestruturação do Escritório de Projetos (DIESP) foi conduzida como uma ação estratégica voltada à profissionalização da gestão de projetos de TI da SGTEC, alinhando sua atuação às melhores práticas e diretrizes metodológicas.

Essa iniciativa incluiu a definição e padronização de metodologias de trabalho, com a adoção integrada de abordagens ágeis e tradicionais, conforme a natureza e complexidade dos projetos.

A DIESP passou a atuar como canal único de entrada das demandas de TI, o que exigiu a implementação de processos mais eficientes, com maior organização, padronização e rastreabilidade das solicitações.

Foi realizada a contratação de profissionais especializados em gerenciamento de projetos, o que possibilitou a criação de uma estrutura dividida entre equipe de governança (entrada e triagem de demandas) e gerentes de projetos dedicados, promovendo uma atuação mais técnica, orientada a resultados.

Com a nova estrutura, o Escritório de Projetos passou a atuar com maior alinhamento estratégico, contribuindo diretamente para a consolidação de práticas mais eficazes de gestão de projetos.

A transparência foi reforçada como um dos pilares dessa reestruturação, com a criação de novos mecanismos de monitoramento e comunicação, incluindo dashboards executivos e gerenciais voltados à alta administração, garantindo maior controle, visibilidade e prestação de contas.

Como resultado, os projetos passaram a ser conduzidos com mais agilidade, previsibilidade e clareza, fortalecendo a entrega de valor e promovendo melhoria contínua nos processos e nas entregas da SGTEC.

6.2 Melhoria da Gestão Orçamentária

A melhoria na gestão orçamentária é fundamental para garantir o uso eficiente e estratégico dos recursos disponíveis. Dessa forma, com o objetivo de fornecer maior transparência e controle sobre os dispêndios da SGTEC, foi implementado um painel gerencial no Power BI. Esse recurso tem se mostrado essencial para o acompanhamento detalhado de todas as etapas do ciclo orçamentário, desde o planejamento das contratações até a execução efetiva dos recursos. Sua finalidade



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

é viabilizar uma visão consolidada e dinâmica do orçamento, além de permitir o acompanhamento mensal da execução orçamentária, apoiando a tomada de decisão com base em dados estruturados e atualizados e promovendo maior eficiência e controle sobre os processos internos relacionados ao uso dos recursos públicos.

O painel é composto por diferentes páginas que cobrem as principais dimensões da gestão orçamentária.

- Planejamento Orçamentário: previsão das despesas por unidade responsável, tipo de despesa, categoria e status da contratação.
- Plano Anual de Contratações: previsão das contratações e a medição da execução do Plano Anual de Contratações ao longo dos Exercícios Financeiros.
- Execução Orçamentária: monitoramento das fases de empenho e liquidação da despesa. Nesta dimensão pode-se observar a medição da liquidação do orçamento em relação ao empenho. Além disso, é possível verificar, de forma detalhada, a rastreabilidade de todas as liquidações referentes ao orçamento da SGTEC, utilizando diversos filtros e segmentações.

A implementação do painel foi fundamental para promover a transparência, melhorar a gestão de recursos e apoiar o contingenciamento de custos de TIC, garantindo uma administração mais eficiente e eficaz da execução financeira, de contratações e projetos de tecnologia dentro da SGTEC. Trata-se de uma solução robusta, moderna e eficiente, que fortalece o papel da área como suporte estratégico para a gestão institucional.

6.3 Gestão da Observabilidade

A observabilidade pode ser compreendida como a capacidade de entender o comportamento interno de um sistema baseado nos sinais externos que podem ser observados por meio do monitoramento e análise de logs, métricas e *traces* do sistema. Em outras palavras, trata-se da capacidade de observar como os sistemas estão se comportando a partir dos dados por eles produzidos, conduzindo a uma possibilidade de identificação de problemas assim que eles ocorrem, ou até mesmo antes, viabilizando a atuação preventiva da SGTEC e o foco na melhoria contínua da experiência do usuário.

Portanto, a observabilidade mostra-se ser uma prática fundamental e extremamente poderosa para lidar com as características dos sistemas modernos, a saber, altamente distribuídos, dinâmicos e complexos, na



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

medida em que permite melhor visibilidade, monitoramento mais seguro e elevado nível de compreensão do resultado das interações entre os diversos componentes que compõem os sistemas.

Durante o primeiro semestre de 2025 houve expressivo aumento na observabilidade de sistemas, tanto em ambiente produtivo quanto não produtivo, das áreas administrativa e judicial, através de otimização na gestão de licenças, evidenciado através da ocorrência de alertas em mais serviços, aplicações, APIs e maior adoção da ferramenta por parte dos usuários que têm à disposição treinamentos e capacitações do Dynatrace.

6.4 Plano Diretor de TIC com foco em resultados

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) estabelece as diretrizes e prioridades para a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), alinhando-se à Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) e ao Plano Estratégico Institucional do Tribunal. Sua elaboração tem como premissa a modernização dos serviços digitais e a melhoria contínua da governança, infraestrutura, segurança e qualidade dos serviços prestados.

Como principal inovação metodológica, o plano para o biênio 2025/2026 foi desenvolvido com base no modelo OKR (Objectives and Key Results), que permitiu definir objetivos estratégicos claros e mensuráveis, com forte engajamento colaborativo entre as áreas da SGTEC. Essa abordagem trouxe mais foco, transparência e alinhamento às metas institucionais.

Foram definidos cinco objetivos estratégicos, cada um detalhado com seus respectivos resultados-chave (KR) e iniciativas concretas para alcançá-los:

- Fortalecer a governança, métricas e controle orçamentário
- Elevar a qualidade das entregas e eficiência operacional
- Promover a entrega de valor e serviços para clientes internos e externos
- Aprimorar a infraestrutura de TIC
- Elevar a proteção cibernética garantindo a continuidade de negócio

Aos objetivos foram associados um total de 44 (quarenta e quatro) resultados-chaves, com seus quantitativos e prazos, permitindo monitoramento contínuo e ajustes dinâmicos ao longo do biênio.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Entre os projetos e entregas previstos destacam-se a evolução do sistema eletrônico processual (eproc), a ampliação do assistente jurídico com IA (ASSIS), novas soluções de autoatendimento, melhorias na infraestrutura e na segurança cibernética, além do fortalecimento da governança de contratações e controle orçamentário.

O Plano Diretor de TIC reafirma o compromisso do Tribunal com a inovação, eficiência e segurança na prestação jurisdicional, usando a metodologia OKR como catalisadora para alinhar esforços estratégicos e operacionais e entregar maior valor à sociedade e aos usuários internos e externos do Poder Judiciário.

6.5 Qualidade de Software e Melhoria de Processos

Ao final de 2024 foi criada uma equipe dedicada para a Qualidade de Software que tem como objetivo definir e padronizar os processos e ferramentas, implementar melhorias para reduzir os riscos, capacitar as equipes, avaliar o desempenho do processo garantindo a satisfação do cliente.

Durante o primeiro semestre, foi conduzido um amplo diagnóstico envolvendo diversas áreas da SGTEC, como Diretorias, Escritório de Projetos, Análise de Requisitos, Testes, Desenvolvimento, Arquitetura, Segurança da Informação e Observabilidade. A partir dessa análise, foram identificadas falhas nos processos e elaboradas propostas de melhorias específicas para cada área, acompanhadas de um plano de ação estruturado.

Como suporte ao acompanhamento dessas melhorias, foi desenvolvido um painel em Power BI para visualização dos principais indicadores identificados no diagnóstico e suas ações foram repassadas as áreas para tratamento. Paralelamente, foi criado o Portal da Qualidade, centralizando informações, documentos e ferramentas, além da definição de um modelo padrão para critérios de aceitação de entregas.

Em meados de julho, as equipes de Análise de Requisitos e Testes foram capacitadas nas melhores práticas relacionadas, bem como foram realizados de workshops voltados à padronização dos processos. Também foi realizada a avaliação das práticas de testes automatizados com a ferramenta ROBOT e de testes de carga utilizando K6, promovendo ajustes e melhorias no processo de testes em projetos com abordagem ágil.

No contexto do Azure DevOps, foram criados manuais, templates de boards e casos de testes, além de dashboards para acompanhamento das execuções de testes. Destaca-se ainda a implantação de um board unificado entre Escritório de Projetos e Análise de Requisitos, promovendo maior integração entre as áreas.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Em relação à qualidade do código e segurança, foram definidos os critérios e scores por meio da ferramenta SonarQube, sendo criados dashboards no Power BI para acompanhamento contínuo e aplicadas as melhorias recomendadas pela ferramenta. Todo esse trabalho foi periodicamente apresentado em reuniões de Análise Crítica com a Direção da SGTEC, garantindo alinhamento estratégico e tomada de decisão informada.

Como próximas etapas, está prevista a formalização dos processos da Qualidade por meio de seu mapeamento, definição da política, missão, visão e elaboração de um manual consolidado. Também serão estabelecidos mecanismos de gestão de riscos, controle de desvios recorrentes e identificação de oportunidades, além da criação de checklists de auditoria e execução das auditorias nos processos definidos.

6.6 Melhorias na Governança das Contratações de TIC

Dando continuidade às iniciativas de aprimoramento da governança das contratações de TIC, foi promovido, no último semestre, o refinamento e a adaptação dos fluxos de trabalho internos da DIGAC, em decorrência das alterações organizacionais instituídas pela Resolução OE nº 03/2025, que reestruturou a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

As adaptações envolveram ajustes em papéis e responsabilidades, bem como a redefinição de interfaces com outras unidades envolvidas no planejamento e na execução das contratações, com ênfase na Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL). Como resultado, os fluxos previamente redesenhados foram atualizados e revalidados junto às áreas parceiras, garantindo alinhamento com o novo arranjo institucional.

Como medida adicional de apoio à gestão, foi desenvolvido e iniciado o processo de implementação de alertas automáticos por meio da plataforma Microsoft Teams, destinados aos gestores dos contratos de TIC. Essa funcionalidade tem por finalidade informar, com a devida antecedência, sobre contratos cuja vigência esteja próxima do término, possibilitando a adoção tempestiva das providências necessárias à prorrogação contratual ou à preparação de nova contratação, reduzindo riscos de descontinuidade dos serviços.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Mantêm-se as reuniões gerenciais semanais, o uso do dashboard gerencial em Microsoft Power BI, e o acompanhamento detalhado via Microsoft Planner, o que tem proporcionado maior transparência, controle e previsibilidade ao andamento das contratações de TIC.

6.7 Atualização do Fluxo de Processos da SGTEC

O mapeamento dos macroprocessos de gestão de vulnerabilidades, manutenções evolutivas e sustentação de sistemas foi uma iniciativa fundamental para a continuidade da melhoria contínua dos processos internos da SGTEC. Durante esse trabalho, foi realizado um levantamento detalhado das etapas envolvidas em cada um desses processos, identificando pontos de otimização e oportunidades de melhoria.

Esse trabalho essencial para a criação de um ambiente mais eficiente e seguro, com processos que atendem aos padrões de qualidade e segurança exigidos pelas melhores práticas de TIC. O resultado dessas ações vai gerar maior responsabilidade com a documentação das rotinas internas, e segurança com as auditorias.

6.8 Implantação de Nova Solução de Gestão de Serviços de TI

A implantação do ServiceNow, nova ferramenta de gestão de serviços e atendimento de TI, está em fase final, e representa um importante avanço na otimização dos recursos e serviços da SGTEC.

A solução permitirá estabelecer e acompanhar, em tempo real, metas e indicadores de desempenho de toda a cadeia de serviços de TI, proporcionando um monitoramento mais eficaz e promovendo a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados. Além disso, oferecerá ao usuário final uma plataforma mais moderna e robusta, com um novo portal de serviços de TI e um serviço de autoatendimento (chatbot), disponível tanto no portal quanto no Microsoft Teams. Esse recurso permitirá ao usuário esclarecer dúvidas sobre ambientes, serviços e sistemas de TI, além de abrir chamados de forma ágil, sem a necessidade de recorrer a outros canais de atendimento.

A plataforma também proporcionará um ambiente mais integrado e eficiente para a gestão de processos e serviços, facilitando a coordenação entre equipes e melhorando a capacidade de resposta às demandas internas e externas.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Restam apenas algumas atividades para a conclusão da implantação, como a integração com um já existente sistema de inventário de ativos de TI (SOFE), e a finalização dos testes integrados entre os grupos de atendimento. A previsão é iniciar os treinamentos das equipes no final de julho e disponibilizar a plataforma até o final de agosto.

A entrega dessa solução é um passo estratégico para elevar a qualidade dos serviços de TI, alinhando as operações às melhores práticas de mercado e às necessidades institucionais.

6.9 Capacitação das Equipes

6.9.1 Trilhas de capacitação

Com o objetivo de viabilizar a execução do Plano de Capacitação em TIC, ao final de 2024 foi contratada a plataforma de cursos online Udemy Business. A partir dessa iniciativa, no início de 2025, foram elaboradas, em conjunto com os gestores das áreas, trilhas de capacitação personalizadas, alinhadas às competências técnicas e gerenciais necessárias a cada setor.

Todos os(as) servidores(as) da SGTEC e da DESEG receberam uma licença da Udemy e foram atribuídos às respectivas trilhas de capacitação.

Para promover o engajamento e acompanhar a evolução dos(as) servidores(as), está sendo desenvolvido um painel de monitoramento, atualmente em fase final de elaboração, que será disponibilizado em breve.

6.9.2 Treinamentos de PMO e Gestão Ágil Para Donos de Produtos

Como parte da continuidade da estratégia de capacitação em metodologias modernas de gestão, no primeiro semestre de 2025 foram realizados os treinamentos presenciais de PMO (Project Management Office) e Gestão Ágil para Donos de Produtos (ou Product Owner, ou PO). Essas formações tiveram como objetivo fortalecer a adoção de práticas ágeis e aprimorar a gestão de projetos no âmbito da organização.

O treinamento de PMO foi direcionado aos(as) servidores(as) e colaboradores(as) da Divisão de Escritório de Projetos (DIESP), com foco no desenvolvimento de competências relacionadas à estruturação, governança e monitoramento de portfólios e projetos institucionais.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Já o treinamento de Gestão Ágil para Donos de Produtos contou com a participação de representantes de diversas áreas de negócio (áreas de atuação institucional) do TJRJ, além de servidores(as) da SGTEC e da DESEG, com o objetivo de promover a integração entre áreas e contribuir para o aumento da performance, colaboração e efetividade no atendimento às demandas das unidades de negócio.

6.9.3 Treinamento de Processo Judicial

Em março de 2025, também foi ministrado o treinamento presencial de Processo Judicial (Civil e Criminal) para uma nova turma de servidores(as) e colaboradores(as) da SGTEC. Este treinamento permite integrar o conhecimento jurídico aos sistemas de tecnologia da informação, criando uma abordagem mais eficiente e alinhada às necessidades operacionais da área judicial, melhorando o desempenho e a qualidade dos serviços prestados.

6.10 Portfolio de Softwares e Especialistas - SOFE

A aplicação SOFE passou por grande atualização com objetivo de diminuir a falta de preenchimento de atributos importantes, aumentando sua confiabilidade. Eram itens como: órgão responsável, contato responsável, e qual empresa terceirizada de alocação de mão-de-obra fornece os profissionais responsáveis por sustentar a aplicação. Desse modo, projetos em andamento como o Service Now, entre outros, poderão consumir informações sobre aplicações advindas de uma base única com maior acurácia (chamada base de confiança, validada pela equipe do Tribunal).

6.10.1 Implantação do SBOM

O SBOM, em conjunto com o SOFE, provê informações sobre pacotes de *software* que podem estar desatualizados, trazendo vulnerabilidades em vários níveis, em tempo de desenvolvimento. Ele permite pesquisar quais dos sistemas em desenvolvimento ou produção possuem pacotes potencialmente desatualizados e/ou perigosos, assim aportando grande valor em termos de ganho de qualidade dos sistemas do Tribunal.

6.10.2 Implantação do OWASP ZAP



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Trata-se de uma ferramenta de segurança que ajuda a identificar falhas em tempo de desenvolvimento, apontando as principais vulnerabilidades de cada sistema do Tribunal. É mais uma ferramenta que também está integrada ao SOFE para a obtenção de relatórios.

O OWASP ZAP aumenta a qualidade das entregas de software em um cenário de grande preocupação com segurança. A ferramenta é executada junto às pipelines automatizadas de nossa infraestrutura DevOps. Ela também é open source, assim como o SBOM, custando ao Tribunal apenas o uso de mão-de-obra para manter seu adequado funcionamento, sem geração de custos extras com licenças.

Os esforços para implantação do OWASP ZAP e do SBOM foram realizados em colaboração entre profissionais do DETIC, DIESP e ASARQ.

6.11 Estruturação e Fundamentação da Arquitetura de Referência

Com a finalidade de aumentar a padronização na produção de software, mitigar riscos de custos elevados em projetos com reuso de software e permitir maior escalabilidade na produção de software no âmbito do TJRJ, foi elaborada uma arquitetura de referência que aproveita o modelo multicamadas anterior e incorpora o **modelo DDD, Domain Driven Design**, que foca em uma produção de software orientada no domínio do negócio. É um modelo bastante utilizado pela área de TI, no setor privado e mais recentemente também no público, capaz de aumentar a legibilidade, manutenção e qualidade dos códigos de software. As entregas foram realizadas na área de projeto de arquitetura do Azure Devops, acessível a todos, principalmente às equipes envolvidas na produção de sistemas. A partir da fundamentação, áreas como governança e qualidade poderão atuar com consonância aos padrões definidos pela arquitetura de referência do TJRJ.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

7. INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

7.1 Otimização de Custos, Eficiência Operacional e FinOps

7.1.1 Aquisição de Reservas de Instâncias (RIs) para RDS

Em uma medida proativa para otimização de custos de banco de dados, realizamos a compra de uma porcentagem de Reservas de Instâncias para nossos serviços Amazon RDS. Esta aquisição foi efetivada para os sistemas:

- PJe: Em fevereiro de 2025.
- eproc: Em março de 2025.

Esta estratégia permite a redução significativa dos custos em comparação ao modelo on-demand, garantindo previsibilidade de despesas para estas cargas de trabalho críticas.

7.1.2 Aquisição de Compute Savings Plans

Em maio de 2025 foram expandidas as ações de otimização com a compra de Compute Savings Plans. Esta modalidade oferece uma flexibilidade superior na redução de custos de computação (como EC2, Fargate e Lambda), ao permitir um compromisso de uso consistente em troca de descontos substanciais, sem a necessidade de definir tipos de instâncias rígidos. Com essa iniciativa, a expectativa é que o TJRJ deixe de gastar cerca de R\$ 718.346,79 (setecentos e dezoito mil, trezentos e quarenta e seis reais e setenta e nove centavos) ao longo dos próximos 12 meses.

7.1.3 Implementação de Automação Start/Stop em Contas Não Produtivas

Visando à eliminação de custos ociosos e ao aumento da eficiência operacional, foi implementada em maio de 2025 a automação de processos de Start/Stop para os recursos em nossas contas de ambientes não produtivos. Esta medida garante que instâncias e serviços sejam ativados apenas durante o horário de trabalho necessário, desativando-os em períodos de inatividade, como noites, fins de semana e feriados.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

7.1.4 Migração de Instâncias RDS para Processadores Graviton

Uma importante iniciativa técnica e estratégica em andamento é a migração das instâncias Amazon RDS para processadores AWS Graviton. Esta transição é esperada para gerar um duplo benefício: aprimoramento significativo no desempenho de nossos bancos de dados (resultando em maior agilidade e menor latência) e uma notável redução nos custos operacionais, ao alavancar a eficiência das últimas gerações de processadores baseados em ARM da AWS.

7.1.5 Implementação de Automação Start/Stop nas Instâncias de produção do PJe

Avançando nas estratégias de otimização de custos e uso eficiente de recursos, foi implementada a automação do ciclo de Start/Stop para uma parte significativa das instâncias do sistema PJe. Dois terços (aproximadamente 66%) das instâncias operacionais do PJe são desligadas automaticamente durante o período da madrugada, entre 00h00min (zero hora) e 06h00min (seis horas), bem como nos finais de semana. Esta medida visa a redução de custos por meio do desligamento de recursos em períodos de baixa demanda ou inatividade programada, sem comprometer a disponibilidade do sistema em horários críticos.

7.1.6 Iniciativa de Fortalecimento da Segurança

7.1.6.1 Implementação do AWS Shield Advanced

O AWS Shield é um serviço de proteção contra DDoS totalmente gerenciado que protege as aplicações executadas na AWS. Anteriormente, nossa organização se beneficiava da proteção básica fornecida pelo AWS Shield Standard, que estava habilitada por padrão e oferece defesa contra-ataques comuns nas camadas de rede e transporte. O AWS Shield Advanced, por sua vez, representa uma evolução significativa nessa proteção, oferecendo recursos aprimorados e capacidades de mitigação mais sofisticadas, consolidando nossa postura de segurança contra ameaças avançadas.

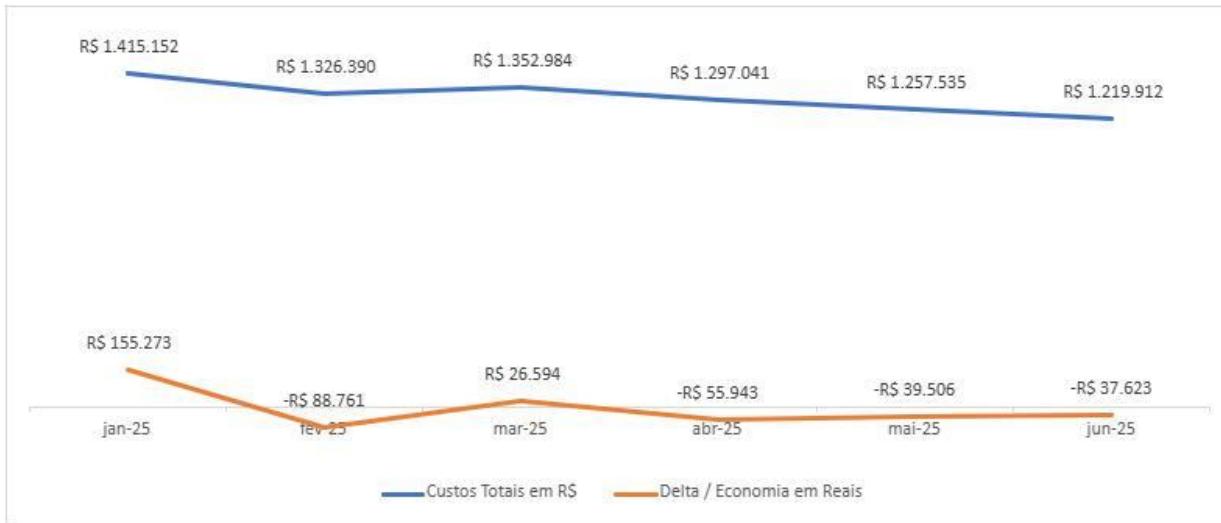
7.1.7 Visibilidade e FinOps

O gráfico abaixo exibe o consolidado (janeiro a junho) dos valores consumidos com os recursos em nuvem. Nele, é possível constatar o esforço em otimizar os custos e evidenciar todas as iniciativas relacionadas à prática de FinOps (Otimização Financeira na Nuvem).



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



As iniciativas detalhadas nesta seção demonstram o compromisso contínuo com a excelência na gestão de nossos ambientes em nuvem, buscando equilíbrio entre performance, segurança e otimização de custos.

7.2 Iniciativas DevOps

7.2.1 Migração do Azure DevOps

A migração para a versão em nuvem do Azure DevOps foi concluída no primeiro semestre, trazendo benefícios significativos para a infraestrutura. O novo ambiente oferece maior disponibilidade e redundância, além de escalabilidade, segurança aprimorada, backup e recursos de disaster recovery já incorporados. Essa mudança também eliminou a necessidade de manutenção do ambiente on-premises, permitindo que a equipe de infraestrutura dedique seu tempo a atividades de maior valor agregado.

7.2.2 Migração de Sistema Operacional para Windows 2022

Além dos benefícios já mencionados na migração para a nuvem, a atualização para o Windows Server 2022 trouxe melhorias significativas na qualidade e nos recursos de gestão dos sistemas. O principal objetivo, assim como na iniciativa anterior, é elevar a qualidade do serviço prestado aos usuários dos sistemas de informação. A migração também ampliou a capacidade de monitoramento, permitindo identificar e corrigir problemas de forma mais rápida e eficiente.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

7.3 Ações de Monitoramento e Observabilidade

No primeiro semestre de 2025, a DICCO-SEMEP se engajou em categorias de atividades para ampliação e aprimoramento das ações de observabilidade. Através de integrações do Dynatrace e Zabbix com outras tecnologias, foi possível coletar e centralizar métricas de diferentes fontes de dados (aplicações, hosts, ativos de rede, etc), bem como, automatizar algumas rotinas, dentre elas, a abertura de chamados e envio de alertas por e-mail ou Teams. Após obter e centralizar as métricas, a equipe trabalhou com foco em democratizar o acesso a essas informações por meio de dashboards dinâmicos, orientados a indicadores, essenciais em uma estratégia de observabilidade. Como sabemos que uma estratégia de observabilidade bem-sucedida depende de pessoas capacitadas, conduzimos sessões de capacitação, compartilhando conhecimento relativo ao uso do Dynatrace para diagnóstico de problemas. Por fim, mantendo a mentalidade de melhoria contínua, a equipe iniciou um projeto de modernização do ambiente Zabbix e Grafana, os quais atendem outros escopos de monitoramento, e auxiliou na modelagem de processos de Metodologia Ágil de Projetos e Gestão de Vulnerabilidades.

Considerando o exposto no parágrafo anterior, abaixo, seguem relacionadas as principais atividades desempenhadas pela equipe:

7.3.1 Criação de dashboards de Observabilidade via Dynatrace e Grafana

- *Apuração de Indicadores Mensais - DIGOC*: dashboard de indicadores mensais acompanhados pela equipe DIGOC.
- *AWS Site-to-Site VPN DICCO-SEMEP*: monitora métricas de rede associadas à vpn aws.
- *Veritas NetBackup*: provê visibilidade acerca de métricas de backup e Veritas NetBackup e foi disponibilizado como consequência da integração entre o Dynatrace
- *Oracle Database Monitoring*: provê visibilidade de métricas de monitoramento das instâncias Oracle TJ01, TJ03, TJ04, TJ05, TJ06 e TJ13. Foi disponibilizado como consequência da integração entre o Dynatrace e Oracle. Esta integração é responsável por alimentar o indicador de disponibilidade de banco de dados acompanhado pela DIGOC.
- *EPROC HML - Infraestrutura*: desenvolvido para prover diagnóstico rápido e prático acerca do estado de saúde dos servidores do eproc.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- *EPROC-HML - PHP-FPM*: desenvolvido para prover diagnóstico rápido e prático acerca do estado de importantes métricas da camada de middleware (Apache) e aplicação PHP-FPM.
- *Tempo de Resposta - Acesso EPROC / PJE1G / SEI*: apresenta os tempos de resposta de acesso aos endereços de url do EPROC, PJE e SEI sob as perspectivas interna (On-Premise) e externa.
- *EPROC Sessões de usuário*: apresenta de forma clara e objetiva importantes indicadores acerca das sessões de usuários eproc e experiência de usuário.
- *EPROC - Monitoramento de URLs*: fornece visibilidade centralizada acerca da disponibilidade de endereços de url associados ao eproc e estado de execução dos agendamentos.
- *Active Directory*: permite o monitoramento e observabilidade de métricas associadas à infraestrutura Microsoft Active Directory.
- *Banco de Dados Detalhado*: dashboards desenvolvidos para as instâncias TJ01, 03 e 04, mediante especificação e aprovação da DIBDA. Tais painéis conseguem prover visão centralizada e rápido diagnóstico acerca do estado de saúde das instâncias em questão.
- *Consumo de Internet*: dashboard que apresenta o comportamento de consumo dos links de internet com as duas operadoras (Forte Telecom e Datacorpore).
- *Azure DevOps*: apresenta indicadores importantes para os times de DevOps, como por exemplo: frequência de deploy por versão, duração dos builds, quantidade de builds geradas, duração de release, builds rejeitadas, bem-sucedidas e rollbacks.

7.3.2 Integrações entre tecnologias

- Dynatrace e AWS: possibilita a coleta, correlação de métricas e análise centralizada de eventos relacionados aos ambientes AWS.
- Dynatrace e Oracle: viabiliza o acompanhamento centralizado de métricas associadas ao estado de saúde das principais instâncias do Oracle.
- Dynatrace e Veritas Netbackup: permite monitorar importantes métricas do ambiente de backup (políticas, jobs e estados).
- Dynatrace e Azure AD TJRJ: esta integração foi de suma importância, pois implementou autenticação SSO para os usuários Dynatrace, provendo maior segurança em virtude do uso do segundo fator de autenticação e atendeu à Portaria CNJ 140/202, que determina a utilização de



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

múltiplo fator de autenticação (MFA) para sistemas críticos ou quaisquer sistemas expostos ao acesso remoto via internet, como é o Dynatrace.

- Dynatrace e banco de dados MySQL EPROC: trouxe visibilidade centralizada acerca de métricas dos bancos MySQL EPROC.
- Dynatrace e PHP-FPM: fornece capacidade de coleta e análise centralizadas de métricas específicas do PHP-FPM, em uso pelos sistemas SEI e eproc.
- Dynatrace e Azure DevOps: integração piloto (aplicável a algumas pipelines), realizada junto ao suporte Rikes e DISER-SESAP. Agregou métricas importantes, que hoje alimentam o dashboard Azure DevOps e serviu de prova de conceito para monitoramento de futuras pipelines.

7.3.3 Projetos e Melhorias

- Atualização e migração Zabbix e Grafana: este projeto, ainda em curso, consiste na atualização e modernização dos componentes do Zabbix e Grafana. Tais plataformas são responsáveis pelo monitoramento e compõe a pilha de tecnologias que viabilizam as ações de Observabilidade, haja vista, nem todos os escopos de monitoramento estarem sob a vigilância do software Dynatrace. No Zabbix temos importantes rotinas de monitoramento em execução, como por exemplo: infraestrutura de active directories, links de internet, bancos de dados Oracle e serviço de atendimento remoto, SAR.
- Desenho e implementação de metodologia de gestão ágil de projetos: a DICCO-SEMEP foi escolhida como projeto piloto de uma nova proposta de implementação de metodologia ágil de projetos. A empresa Digsystem, através de seu time de especialistas, atuou nesta demanda em conjunto com a DICCO-SEMEP. A metodologia está sendo aplicada para o projeto de atualização e migração Zabbix e Grafana, e vem passando por ciclos de avaliação e melhoria contínua.
- Monitoramento e Observabilidade para o sistema eproc iniciamos o trabalho fazendo o monitoramento sintético de todos os endereços de url associados ao sistema. Solucionamos o problema de falta de visibilidade acerca do estado dos agendamentos. Iniciamos uma prova de conceito de monitoramento full-stack dos ambientes de Homologação, Sustentação e Treinamento (antigo TRN e novo TRA). Por fim, elaboramos relatórios técnicos acerca de todo o trabalho



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

desenvolvido, detalhando as entregas ao time do eproc. No momento, aguardamos definição de data, por parte do time eproc para apresentação do relatório e sessão de capacitação do time.

7.3.4 Gestão de Vulnerabilidades

- A DICCO-SEMEP auxiliou o time de especialistas da empresa Digitsystem no desenho de processo de Gestão de Vulnerabilidades. Tal atividade foi conduzida com o envolvimento da DICCO-SEMEP, tendo em vista as capacidades de identificação de vulnerabilidades nos hosts monitorados pelo Dynatrace através do módulo Application Security - AppSec.
- Desenvolvimento de painéis com exposição controlada acerca de vulnerabilidades identificadas no ambiente para as pessoas autorizadas a lidarem com esse tipo de informação.

7.3.5 Ações de Capacitação

- Condução de sessões de capacitação hands-on para times de desenvolvimento, operações e negócios, compartilhando conhecimento acerca do uso do Dynatrace.

7.4 Aquisição de Equipamentos e Serviços

Ao longo do primeiro semestre de 2025 realizou-se a fase de finalização das instalações dos 8.500 computadores e 25.000 monitores adquiridos em 2024, atingindo o percentual de 98% de substituição dos computadores e 89% de substituição dos monitores. Também foram adquiridos 1.000 scanners de mesa, compreendendo instalação de cerca de 84% neste semestre. Além disso, foram instalados 100 microcomputadores de alto desempenho adquiridos para atender demandas específicas dos setores da Engenharia (SGLOG-DEENG) e Departamento de Comunicação (DECOI) da Presidência. Encontra-se em andamento procedimento para aquisição de 3.600 computadores para substituição de equipamentos fora de garantia. Tais ações visam a modernização do parque tecnológico, promovendo maior eficiência no desempenho das atividades de servidores e magistrados.

Nesse referido ciclo, também foram realizadas: 01 (uma) aquisição de licenciamento de software de infraestrutura de ferramentas de backup, e 02 (duas) aquisições de infraestrutura de ativos de rede



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

corporativa, a saber: 1) aquisição de licenças do software Veritas; 2) aquisição de switches core; e 3) aquisição de switches datacenter.

Em relação ao item 1, pode-se informar que o software Veritas Netbackup atua como gerenciador de backup para proteção de dados de servidores de aplicação, servidores de dados e servidores de bancos de dados e, em razão da criticidade e essencialidade desses serviços, é absolutamente necessária a continuidade dos serviços de suporte técnico, que permitem o melhor uso da plataforma e recuperação rápida de falhas.

Em relação ao item 2, pode-se informar que os Switches Core são fundamentais para a operação contínua e ininterrupta da rede do TJRJ, suportando uma ampla gama de serviços críticos, incluindo sistemas judiciais, comunicação interna, acesso a informações sensíveis, conexão com a internet. Alguns componentes desses ativos estão próximos da data de fim de suporte, o que traz a necessidade de realização de "upgrade" por novos componentes (módulos supervisores e de gerência). A densidade de interfaces de alta velocidade precisa ser expandida, tendo em vista que não há mais interfaces para esse tipo de conexão. A necessidade de projetos que utilizam estas interfaces de alta velocidade se torna cada vez comum dentro das organizações, tendo em vista a necessidade de alta velocidade. Alguns projetos em curso, como o de conectividade para nuvem também reforça a necessidade de atualização do equipamento.

Em relação ao item 3, pode-se informar que diante da necessidade de reforçar a infraestrutura e obter maior eficiência e agilidade no controle de dados, demandando conexões de acesso com altas taxas de transmissão (25Gbps a 100Gbps), os switches datacenter atualmente instalados não possuem interfaces suficientes e capacidade de transmissão.

A modernização e ampliação da capacidade do Sistema de Banco de Dados e de Armazenamento, para atendimento às crescentes demandas dos serviços informatizados, determinou a aquisição de novos servidores e Storages para agilizar o grande número de transações realizadas e acomodar o exponencial crescimento do volume de dados, através de um ambiente seguro e de alta disponibilidade. A conexão destes novos dispositivos à rede do Data Center exige grande capacidade de conectividade e alto desempenho, que não poderão ser plenamente supridas com os switches existentes.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O site do TJRJ constitui um Sistema Autônomo de conexão à Internet, o que demanda maior autonomia e controle de suas políticas de conexão à rede mundial e da disponibilização de serviços. Neste sentido a aquisição de equipamentos específicos para estabelecimento deste tipo de conexão, como é o caso dos roteadores de borda para Internet, permitirá garantir a este importante perímetro de rede alta disponibilidade com escalabilidade.

7.5 Segurança da Informação

7.5.1 Segurança de Computadores e Usuários

A fim de garantir a segurança necessária, uma série de atividades estratégicas foram implementadas:

- As atividades da DIREC visam um plano contínuo de aprimoramento da segurança da informação e da infraestrutura tecnológica do TJRJ, em especial estações de trabalho, identidades e servidores sob sua responsabilidade. O time atua de forma proativa na manutenção, evolução e monitoramento das soluções e configurações aplicadas, visando que as entregas apresentadas anteriormente não apenas se mantenham operacionais, mas que também sejam aprimoradas conforme novas ameaças, tecnologias e diretrizes. Essa abordagem assegura a aderência às melhores práticas e reforça o compromisso evolutivo da segurança da informação;
- Foi realizado o bloqueio da autenticação básica e a imposição do uso de autenticação multifatorial (MFA) mediante desafio numérico como política obrigatória para todos os grupos de usuários dos produtos Microsoft 365. A medida incluiu, ainda, usuários convidados, garantindo um nível uniforme de segurança de acesso e proteção contra ameaças;
- Protocolos e aplicativos vulneráveis e obsoletos foram identificados e removidos, enquanto um projeto de monitoramento e adequação de conformidade de softwares nas estações do TJRJ foi iniciado para garantir a conformidade contínua;
- Regras de acesso condicional baseadas em geolocalização foram implementadas para bloquear acessos oriundos de países incomuns aos aplicativos de nuvem, aumentando o controle sobre o acesso às informações sensíveis;
- Atualizações na política antiphishing com ajustes no nível de filtro e ativação de dicas de segurança;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Estabelecida a identificação e tratamento de alertas e incidentes de segurança da informação em canal dedicado para reporte e tratamento rápido pelo Departamento de Segurança da Informação (DESEG);
- Elaboração de procedimentos técnicos do Catálogo de Serviços do Serviço de Suporte Operacional de Segurança da Informação (SEOSI), com o objetivo de orientar as ações do serviço com base em informações mínimas necessárias e definições técnicas específicas para atuação;
- Recomendações de Segurança da Informação do Microsoft Secure Score foram atendidas. Isso inclui adequações, novas GPOs (políticas de grupo) e configurações no ambiente. Como resultado, o índice de segurança do TJRJ com base nesse padrão de avaliação está em cerca de 80%, significativamente acima da média de 43% registrada por organizações de tamanho semelhante.



7.5.2 Segurança na Autenticação nos Sistemas Corporativos WEB

Foi ampliada a segurança no acesso aos sistemas corporativos através da implementação das seguintes funcionalidades no processo de autenticação:

- Alterado o método de criptografia das senhas com a aplicação do algoritmo MD5.
- Utilização de MFA, com a implantação do segundo fator de autenticação através do envio de código de validação para o e-mail do usuário.
- Melhoria da qualidade da senha que passou a vigorar com um mínimo de 10 caracteres e no máximo 20, devendo também ser diferente da última senha cadastrada, bem como, deve-se atender no mínimo 3 dos seguintes requisitos:



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Pelo menos uma letra maiúscula;
- Pelo menos uma letra minúscula;
- Pelo menos um número;
- Pelo menos um caractere especial (! @ # \$ % & ' () * + , - . / : ; < = > ? ^ { | }).

Essas funcionalidades visam fortalecer significativamente a segurança no acesso aos sistemas corporativos web, ao combinar técnicas modernas de proteção. A atualização do método de criptografia das senhas, a adoção do segundo fator de autenticação (MFA) via e-mail, e a exigência de senhas mais robustas elevam o nível de proteção contra acessos indevidos, garantindo maior confiabilidade e integridade às informações do Tribunal.

7.5.3 Ações de Proteção ao SAR (Serviço de Aplicações Remotas)

As medidas abaixo estão em curso e visam fortalecer significativamente a segurança cibernética no ambiente do TJRJ.

- Implementação de rotina de bloqueio automático de IPs atacantes para evitar ou diminuir o impacto dos bloqueios de contas de usuários;
- Testes das ferramentas da AWS que possibilitam filtro automático de comportamentos maliciosos de conexões ao SAR;
- Realizar POC (prova de conceito) com a VPN Microsoft (em planejamento);
- Realizar POC com a ferramenta Parallels para avaliação de substituição do SAR (em planejamento).

8. SISTEMAS E APLICAÇÕES INSTITUCIONAIS

8.1 Sistema eproc

Com a implantação do novo sistema de processo judicial no TJRJ, que visa unificar e substituir os três sistemas atuais (DPC, PJe e EJUD), a expansão segue conforme o planejado. Em janeiro, a implantação foi concluída para toda a competência de Dívida Ativa; em fevereiro, para a competência de Fazenda Pública nas varas da capital; e em maio, para a competência Delegada Previdenciária. Paralelamente, iniciaram-se os preparativos para a expansão nas competências Cível e Câmaras de Direito Privado no segundo semestre, além de integrações importantes.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Foram realizadas as três atualizações de versão nacional previstas para o semestre, assegurando que o sistema esteja sempre na última versão nacional, conforme o requisito do ACT assinado com o TRF4. Adicionalmente, foram disponibilizadas mais de 40 versões locais, que trouxeram 203 melhorias ao sistema. Entre as melhorias destacam-se:

- Certificação automática de custas para agravos;
- Integração para recebimento de distribuições do eproc a partir de processos originários em sistemas legados;
- Aprimoramentos nos módulos de mandados e relatórios para auditoria de prevenção e distribuição no segundo grau;
- Adequações ao Regimento Interno;
- Movimentação pelo DEMOV (Departamento de Movimentação de Magistrados);
- Derrubada automática de destaque em caso de alteração de voto do relator,
- Ocultação de dados pessoais de magistrados em consultas;
- Substituição de consultas à Receita Federal via INFOCONV (Intercâmbio Informações com a Receita Federal) para uso do BCadastros (gerando economia de custos);
- Implantação do núcleo digital de execução fiscal;
- Atualizações do CODEX para processos migrados, e;
- Integração com PDPJ e SSO.

As integrações via MNI foram finalizadas com sucesso em 23 municípios, marcando um avanço significativo na otimização e eficiência dos processos de distribuição. Esse projeto de grande escala garante uma comunicação mais fluida e padronizada entre as diferentes entidades envolvidas, resultando em maior agilidade e precisão nas operações.

Os processos automatizados para disponibilização de novas versões do sistema foram aprimorados de forma significativa, introduzindo uma série de melhorias que impactaram diretamente a eficiência e a qualidade do ciclo de desenvolvimento. Esse aprimoramento resultou em um processo de desenvolvimento mais ágil e confiável, permitindo entregas mais frequentes, e com menor risco de falhas.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O sucesso dos projetos e a satisfação dos usuários e da própria equipe são alcançados através da manutenção de uma cultura de colaboração, automação e melhoria contínua nas equipes de desenvolvimento.

Para aprimorar a eficiência do suporte e garantir a conformidade com as regulamentações de privacidade de dados, implementamos um ambiente de sustentação dedicado. Este ambiente possui uma rotina de anonimização, visando atender aos requisitos da LGPD. A finalidade principal dessa iniciativa é agilizar o processo de atendimento e resolução de problemas pela equipe de sustentação, ao mesmo tempo em que asseguramos a proteção da privacidade dos dados dos usuários.

8.1.1 Contribuições do TJRJ ao eproc

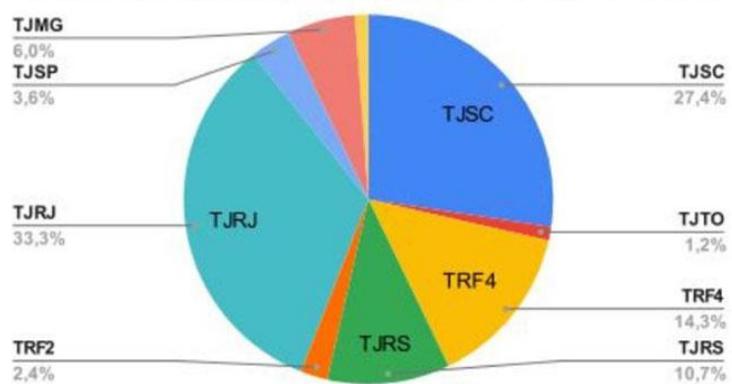
Após a implantação da gestão nacional de demandas do eproc, no primeiro semestre, o TJRJ foi o Tribunal que apresentou o maior número de iniciativas para desenvolvimento de novas funcionalidades focadas no aprimoramento do eproc. Em razão da estrutura de governança da comunidade, o integrante que apresenta uma nova demanda para o sistema é o responsável pelo seu desenvolvimento, de forma que o TJRJ desenvolverá a maior parte das novas funcionalidades homologadas para construção.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Quantidade de demandas de melhorias por Tribunal



Tribunal	Simples	Média	Complexa	Total
TJSC	6	12	5	23
TJTO	0	1	0	1
TRF4	4	6	2	12
TJRS	1	3	5	9
TRF2	0	2	0	2
TJRJ	10	11	7	28
TJSP	0	3	0	3
TJMG	1	1	3	5
STM	0	0	1	1
Total	22	39	23	84

8.1.2 Migração do Acervo do PJe para o eproc

No último semestre, o migrador foi primeiramente implementado como projeto piloto na comarca de Bom Jesus do Itabapoana, resultando na migração de 455 processos na primeira semana. Após a avaliação do impacto e a aplicação de melhorias e correções, a ferramenta foi expandida para todas as serventias que já utilizavam o eproc. Em menos de um mês, mais da metade das serventias conseguiu migrar todo o acervo elegível.

Graças a uma campanha de conscientização da Administração, as serventias restantes migraram quase a totalidade dos processos disponíveis até o final de abril, atingindo a marca de 25 mil processos migrados. Ao final do semestre, o número superou 30 mil processos, impulsionado pela natureza temporária de alguns critérios de elegibilidade para migração.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O projeto continua com a disponibilização de funcionalidades para novas competências e a implementação de melhorias. Essas melhorias visam reduzir as atuais restrições de migração, como aquelas que afetam processos que tramitaram em segundo grau.

O migrador PJe, originalmente desenvolvido pelo TRF6 em colaboração com o TRF4, foi aprimorado e nacionalizado pelo TJRJ. Essa solução agora é capaz de atender a todos os tribunais que utilizam o PJe, como o TJMG e o TJBA.

8.1.3 Migração do Acervo do DCP para o eproc

O migrador do DCP foi implementado em três meses, utilizando a estratégia e ferramenta de migração do TJRS, que foram adaptadas para o TJRJ consumir dados do DCP.

A primeira versão oferece as seguintes funcionalidades:

- Cadastro manual pelo usuário interno, na interface eproc, com download manual das peças em PDF do DCP e anexação da íntegra no eproc, mantendo a numeração única do CNJ;
- Registro automático no DCP do processo migrado, com movimento de migração da TPU e bloqueio do processo.

A segunda versão, com previsão para o segundo semestre, terá a juntada automática dos documentos.

Já a terceira e última versão, com expectativa de entrega para o primeiro semestre de 2026, identificará e carregará automaticamente no eproc os processos que atenderem a todos os critérios de aptidão para migração.

8.2 Evolução Contínua dos Sistemas PJe, EJUD e Sistema de Convênios

8.2.1 Evoluções PJe (Processo Judicial Eletrônico)

Foram realizadas diversas melhorias e otimizações no sistema PJe, com foco em performance, segurança, integração e automação de processos:



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Integração com o sistema de convênios viabilizando a juntada automática de certidões de óbito e endereços com o objetivo de proporcionar maior celeridade processual;
- Desenvolvimento de funcionalidade para permitir a migração de processos do PJe para o eproc;
- Integração com a base corporativa de CEPs, visando manter atualizada a base de endereços do PJe por meio de cargas periódicas;
- Em atendimento ao Aviso CGJ nº 432/2024, foi realizado desenvolvimento no PJe para viabilizar a distribuição por dependência de processos de execução de família cujo originário seja do DCP;
- Foi aprimorada a integração com o sistema GEAX, com o objetivo de otimizar o controle de pagamento de juízes leigos e mediadores judiciais;
- Em cumprimento à Resolução 569/2024 do CNJ foram realizadas melhorias no PJe sobretudo na integração com o Domicílio Judicial Eletrônico (DJE) e Diário de Justiça Nacional (DJEN);
- No que diz respeito à segurança e controle, foram criadas funcionalidades para aprimorar o registro de acesso a processos e documentos, mesmo quando realizada por usuários internos (restando apenas a habilitação em ambiente de produção). Além disso, foi implantada nova política de senhas, estendida a todos os sistemas do TJRJ;
- Em atendimento ao ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 8/2025, foi realizada melhoria no sistema PJe com o objetivo de equilibrar a distribuição entre as varas cíveis da capital e as regionais;
- Por fim, destacam-se as integrações em andamento com o Jus.br - Portal de Serviços, previstas para implantação no segundo semestre de 2025, em conformidade com a resoluções CNJ 455/2022. Essas melhorias visam aprimorar ainda mais a eficiência e a conformidade com as normas processuais.

8.2.2 Evoluções EJUD (Sistema Eletrônico de Movimentação Processual de 2ª Instância)

Foram desenvolvidas diversas melhorias e integrações, com o objetivo de otimizar a gestão e a comunicação entre diferentes plataformas e órgãos:

- Informação de prazos diferenciados no Domicílio Eletrônico para ciência das citações, conforme o tipo de destinatário (pessoa física, pessoa jurídica de direito privado ou de direito público);
- Bloqueio de intimações para empresas que não estejam cadastradas no Domicílio Eletrônico;
- Sincronização automática entre a competência do estudo e a da autuação;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Reforço na segurança da tela de autenticação, com melhoria na qualidade das senhas e implantação do segundo fator de autenticação (MFA);
- Cadastro de indicadores de prioridade em processos e protocolos, integrado ao Portal;
- Possibilidade de marcar decisões com perspectiva de gênero;
- Inclusão dos Núcleos Digitais nas Câmaras Web.

Essas melhorias visam aumentar a eficiência, transparência e alinhamento dos sistemas com as normativas vigentes.

8.2.3 Sistema de Convênios (Processo Judicial Eletrônico)

O Sistema de Convênios foi desenvolvido a pedido da Corregedoria Geral da Justiça, com o objetivo de agilizar a prestação jurisdicional por meio da automação de tarefas. Atualmente, está integrado aos sistemas processuais PJe, DCP e eproc.

Em sua fase inicial, foi disponibilizada a funcionalidade de juntada automática de certidões de óbito de qualquer parte relacionada ao processo nos sistemas PJe e eproc. A integração com o DCP está em fase de desenvolvimento, com previsão de implantação para o segundo semestre de 2025. O sistema realiza buscas diárias de registros de óbito por meio de integração com a consulta de óbitos do Portal Extrajudicial.

Outra funcionalidade disponibilizada é a consulta automatizada de endereços, integrada por en quanto ao sistema PJe. Por meio dessa integração, os usuários podem acessar, de forma ágil e segura, informações atualizadas sobre os endereços das partes envolvidas em diligências, diretamente no sistema, otimizando o tempo e aumentando a precisão na tramitação processual.

A busca por endereços é uma etapa fundamental para o cumprimento de diligências, notificações e intimações no âmbito judicial. A integração tem como objetivo proporcionar maior eficiência e confiabilidade nas informações obtidas. Com esse recurso, elimina-se a necessidade de consultas manuais em múltiplas fontes de dados, reduzindo tentativas repetidas e desnecessárias de notificação.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.3 Evolução dos Sistemas Corporativos de Gestão de Pessoas (GPES/GPESWEB)

No período, foram realizadas importantes melhorias nos sistemas corporativos voltados à gestão de pessoas, com destaque para a automação de processos e a integração entre sistemas, visando maior eficiência e redução de falhas operacionais.

Foi implementada a integração com a folha de pagamento para a concessão automática do abono de permanência, eliminando a necessidade de intervenções manuais. Da mesma forma, passou a ser feita automaticamente a concessão do benefício de auxílio-alimentação aos magistrados, bem como a indenização de transporte para servidores ocupantes dos cargos de Diretor-Geral (DG), Secretário-Geral (SG) e Chefe de Gabinete (CG).

Outra evolução significativa foi a implementação da integração para a conversão dos dias de plantão em pecúnia para servidores, agora com uma solução definitiva. Também foi desenvolvida a integração dos dados cadastrais de pensionistas de magistrados com a folha de pagamento, evitando redigitações e diminuindo a ocorrência de inconsistências cadastrais.

Além dessas integrações, foi implantado o módulo de Gestão por Competências e por Processos e Resultados no Poder Judiciário, conforme previsto no Ato Normativo TJ nº 14/2024. Houve ainda uma melhoria no processamento da licença especial de magistrados, que passou a considerar a disponibilidade compulsória e as averbações de outros órgãos, tornando o cálculo mais preciso.

Por fim, foi concluída a integração da lista de antiguidade com o sistema eproc, promovendo maior sincronização e confiabilidade das informações entre as plataformas.

9. ATENDIMENTO, SUPORTE AO USUÁRIO E VIRTUALIZAÇÃO DO TRABALHO

9.1 Infraestrutura de Computadores e Usuários

Diversas iniciativas foram implementadas com o objetivo de modernizar as atividades de trabalho e a prestação jurisdicional:

- A atualização permanente de estações de trabalho e servidores, tanto em localidades remotas quanto nas unidades departamentais, segue em curso. Essa atividade engloba homologação,



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

distribuição e aplicação de atualizações de sistema operacional, aplicativos e patches de segurança, incluindo antivírus, fornecidos pelos fabricantes. O objetivo é manter o TJRJ alinhado às tecnologias mais recentes e protegido contra novas ameaças;

- Foram implementados requisitos de segurança e um servidor de distribuição de atualizações para o ambiente Linux, utilizado pelos desenvolvedores da SGTEC;
- Os sistemas operacionais dos servidores departamentais e localidades remotas foram atualizados para Windows Server 2022, garantindo maior segurança e eficiência no uso dessas máquinas;
- Atualizações relativas ao Microsoft Configuration Manager (MCM): versões do SQL Server, Windows Server e do próprio MCM;
- Iniciado estudo para substituição dos servidores remotos e departamentais, que já estão em vias de obsolescência;
- Revisão permanente dos softwares de terceiros disponibilizados para uso no TJRJ: análise, homologação e autorização para uso. Controle do ciclo de vida de cada aplicativo, atualizando versões a fim de garantir a segurança, funcionalidade e, quando for o caso, a conformidade do licenciamento. Remoção de versões obsoletas e que não recebem mais atualizações, com documentação específica em caso de exceções;
- Implementação, em continuação, do projeto de adequação das políticas do *Intune*, solução de gestão de dispositivos baseada em nuvem, para padronização com o ambiente *on-premises* (físico) atual, garantindo consistência e segurança nas políticas de gerenciamento de dispositivos externos;
- Foram implantados novos requisitos para as senhas com que os usuários acessam a rede do TJRJ. Essas alterações visam a aumentar a segurança no acesso, com adequação às boas práticas de segurança da informação e conformidade com normas vigentes;
- Foi iniciada uma prova de conceito (POC) do Copilot for Microsoft 365, que integra recursos de Inteligência Artificial às ferramentas do Microsoft Office 365 como o Excel, Word, Power Point, Teams, Outlook, a fim de avaliar possível contratação do correspondente licenciamento. O Copilot permite automatizar tarefas repetitivas, melhorar a análise de dados, proporcionar a criação de conteúdo com maior qualidade e rapidez, tornar reuniões mais produtivas, e outras tarefas associadas ao uso da Inteligência Artificial;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Criação de recurso no Microsoft Bookings para reserva de salas de audiência das varas cíveis da Capital e Regionais para que as partes e advogados possam participar das audiências remotas pelo Microsoft Teams no fórum mais próximo de suas residências. Esta ação foi iniciada em decorrência do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 8/2025, que implementa a distribuição equalizada de processos na Comarca da Capital e Regionais;
- Início do projeto para implantação do *Windows Hello for Business* na plataforma *Microsoft Intune*, com o objetivo de permitir que os notebooks do TJRJ consigam autenticar-se na rede corporativa por meio de biometria quando conectados fisicamente à rede interna;
- Estão em andamento atividades relativas à integração do eproc com o Microsoft Teams, com funcionalidades como criação de reuniões (para audiências) e envio de mensagens pelo Teams;
- Início dos estudos sobre o uso do *Microsoft Azure Automation Account*, um serviço da Microsoft que permitirá a automação, em ambiente de nuvem, de tarefas de manutenção de infraestrutura do ambiente computacional, atualmente realizadas de forma manual ou em servidores locais. Esse serviço disponibiliza um ambiente que armazena configurações, scripts e outros recursos de automação, facilitando a execução automática de processos, permitindo padronização, economia de tempo, redução de erros operacionais e incrementando a segurança das atividades;
- Automação e Otimização de Processos: foram desenvolvidas e aprimoradas automações para padronizar fluxos de trabalho, comunicação e geração de relatórios, utilizando ferramentas como Power Automate e Power BI. A automação abrange tarefas rotineiras, como reinicialização de estações Linux das equipes dos Departamentos de desenvolvimento de sistemas, atualização de catálogos de serviços e monitoramento de indicadores;
- Gestão e Modernização da Infraestrutura: além das atualizações dos servidores já mencionada, foi reforçada a implementação da integração desses servidores ao MS Defender e Azure Arc, com maior eficiência na gestão de inventário de softwares, e atividades como remoção de versões obsoletas e reestruturação de permissões, com foco em compliance e redução de riscos.

9.2 Atendimento ao Usuário

- Ampliação do Escopo de Atendimento N1 – tem como objetivo a reestruturação das permissões concedidas aos analistas de suporte de primeiro nível, permitindo a ampliação do escopo de



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

atendimento da equipe. A adoção do acesso remoto contribui na resolutividade do N1, fortalece o processo de aprendizagem dos analistas e reduz o volume de chamados encaminhados às demais equipes, permitindo maior foco e análises mais criteriosas das solicitações. Como reflexo direto dessa reestruturação, observa-se o aumento da quantidade de solicitações concluídas já durante o primeiro atendimento;

- Desenvolvimento de painéis interativos para a gestão de indicadores de serviço e de pessoal — para o contrato vigente de prestação de atendimento e suporte — permitindo a visualização em tempo real das métricas e facilitando a tomada de decisões estratégicas com maior embasamento.
- Fluxo automatizado para atendimento a pedidos de criação de conta de rede que chegam ao N1, utilizando Microsoft Forms, preenchido e enviado pelo solicitante para coleta das informações necessárias.

10. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) tem investido significativamente em soluções de inteligência artificial para otimizar seus processos judiciais e administrativos. Dessa forma, com a nova estrutura da SGTEC foi criada a Assessoria de Inteligência Artificial (IA). Esta área é responsável por coordenar todas as atividades e projetos envolvendo inovações com inteligência artificial (IA), tais como as descritas a seguir:

10.1 Assistente IA (ASSIS) - 1^ª e 2^ª Instâncias

Um dos principais projetos em desenvolvimento é o assistente jurídico, denominado ASSIS, que visa auxiliar Juízes e Desembargadores na elaboração de minutas de decisões, sentenças e acórdãos em processos judiciais de 1^ª e 2^ª instância. O desenvolvimento do ASSIS representa um marco significativo na transformação digital do TJRJ, visando não apenas a automação de tarefas rotineiras, mas também a melhoria na qualidade das decisões judiciais.

A utilização do ASSIS para a elaboração de minutas garante que os documentos produzidos sejam coerentes, precisos e alinhados com a jurisprudência vigente.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Atualmente, o assistente jurídico está implantado na 1^a instância, nas competências de Juizado Especial Cível (JEC), Juizado Especial Fazendário (JEF) e Cível. Na 2^a instância, está em operação na competência de Direito Público. A expansão para novas competências já está prevista e será realizada de forma gradual.

Na 1^a instância, o assistente está configurado para gerar minutas de sentenças, contemplando as partes essenciais: relatório, fundamentação e dispositivo. Já na 2^a instância, é possível elaborar relatórios de apelação e de agravo de instrumento. Além disso, estão em desenvolvimento as funcionalidades de geração da fundamentação e da ementa do acórdão. Em ambas as instâncias, o usuário pode realizar perguntas livres relacionadas ao processo judicial e criar prompts personalizados, os quais podem ser salvos no sistema para reutilização futura.

Com o objetivo de disseminar o conhecimento e incentivar o uso do ASSIS na 1^a instância, foram realizados seis workshops de capacitação na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), voltados a Magistrados das competências de Juizado Especial Cível (JEC), Juizado Especial Fazendário (JEF) e Cível. Na 2^a instância, o ASSIS já foi implantado e está sendo avaliado por Assessores de Desembargadores. Esses profissionais vêm colaborando ativamente no desenvolvimento das novas funcionalidades voltadas à elaboração de ementas e à fundamentação dos acórdãos.

Todos os feedbacks coletados durante as ações de capacitação e testes práticos são cuidadosamente analisados e incorporados ao processo de evolução do assistente. Esse processo promove seu aprimoramento contínuo e o alinhamento às necessidades dos usuários.

Também estão em curso iniciativas voltadas à nacionalização e integração do sistema ASSIS à Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br), com o objetivo principal de promover a interoperabilidade da solução. Essa integração visa viabilizar sua adoção por diferentes Tribunais e consolidar o ASSIS como uma ferramenta de alcance nacional.

Com vistas à efetivação dessa iniciativa, estão sendo implementados três requisitos estruturantes: (i) a migração da arquitetura do sistema para ambiente em nuvem da Amazon Web Services (AWS), conforme padrão adotado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assegurando independência tecnológica e evitando vinculação exclusiva a fornecedores; (ii) a adoção do login unificado, mediante integração ao



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

serviço de autenticação Single Sign-On (SSO) da PDPJ-Br, promovendo acesso centralizado e seguro; e (iii) a integração ao Datalake da PDPJ-Br, para acesso estruturado e padronizado aos dados processuais.

A adoção do ASSIS traz previsões de aumento exponencial na produtividade de decisões judiciais e eficiência na tramitação de processos. Estima-se que, economizando 2 horas de trabalho diário, o sistema seja capaz de produzir o equivalente ao trabalho de 1.100 novos Desembargadores, Juízes, Assessores e Secretários.

Além de ganhos operacionais, o projeto ASSIS representa um marco estratégico no processo de transformação digital do Poder Judiciário. Essa iniciativa contribui para o posicionamento do TJRJ como referência em inovação tecnológica e modernização institucional.

10.2 Precedentes Qualificados

Outra importante iniciativa do TJRJ em inteligência artificial é o projeto de identificação de precedentes qualificados, que tem como objetivo otimizar a pesquisa de decisões judiciais anteriores que servem como referência para julgamentos futuros. Esta iniciativa visa promover a consistência e previsibilidade do sistema jurídico, automatizando a tarefa de encontrar e analisar precedentes relevantes.

Modelos de IA podem automatizar a pesquisa de precedentes, analisando vastos conjuntos de dados jurídicos para identificar decisões relevantes de forma rápida e precisa. Isso reduz significativamente o tempo necessário para a preparação de casos e permite que os profissionais do direito se concentrem em atividades de maior valor agregado. Utilizando técnicas de processamento de linguagem natural (NLP), as ferramentas podem comparar casos jurídicos com base em suas características semânticas, identificando precedentes que sejam substancialmente semelhantes ao caso em questão. Isso ajuda a garantir que decisões consistentes sejam tomadas em casos similares.

O projeto tem como objetivo implementar uma solução baseada em inteligência artificial para identificar precedentes qualificados a partir de petições recebidas pelo TJRJ. As empresas convocadas foram responsáveis pelo desenvolvimento de um MVP (Produto Mínimo Viável) utilizando modelos de linguagem gerativa, entre elas GPT-4, Gemini e Claude, para apoiar a triagem e distribuição de processos.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O MVP de cada empresa permitirá identificar teses e paradigmas já consensuados para apoiar na distribuição dos processos que cheguem na 3^a Vice-Presidência do TJRJ, com o objetivo de validar o uso do GPT-4 para gerar ganhos de produtividade dos magistrados.

Três empresas apresentaram protótipos com o objetivo de resolver o problema de identificação de precedentes qualificados para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). As empresas participantes são Elogroup Consulting Ltda, Xertica Brasil Ltda e Spassu Tecnologia e Serviços S.A. Cada uma dessas empresas utilizou um ambiente tecnológico distinto para desenvolver suas soluções. A Elogroup empregou a plataforma Microsoft, a Xertica utilizou a plataforma Google, e a Spassu utilizou o ambiente tecnológico da AWS. Essas diferentes abordagens permitiram uma avaliação abrangente das capacidades tecnológicas de cada plataforma.

A Assessoria de Inteligência Artificial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) produziu um relatório detalhado sobre a Prova de Conceito (POC) para a identificação de Precedentes Qualificados. Este relatório apresenta uma análise abrangente dos resultados e das funcionalidades dos sistemas testados, destacando seus benefícios e potenciais melhorias.

O resultado da empresa vencedora, a Elogroup com a Microsoft, encontra-se implementado na infraestrutura do tribunal.

A partir dos bons resultados encontrados na identificação de precedentes qualificados, avaliados pelas juízas da 3^a Vice-Presidência do TJRJ e um chefe de gabinete de uma desembargadora, a solução está sendo adaptada para ser integrada ao Assis. Assim, os resultados do assistente serão enriquecidos com jurisprudência relevante e adequada, de forma a aumentar a eficiência dos processos judiciais no tribunal.

10.3 Projeto de Classificador de Classes e Assuntos

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) deu um passo significativo em sua jornada de inovação e eficiência com o lançamento e desenvolvimento do Classificador de Classes e Assuntos. Este projeto estratégico foi concebido em estrita conformidade com a Tabela Processual Unificada (TPU) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visando não apenas modernizar, mas também harmonizar a classificação processual em âmbito nacional.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O objetivo primordial do CLASSIFICADOR é estabelecer uma ferramenta de classificação agnóstica, ou seja, independente de sistemas judiciais específicos, capaz de classificar automaticamente os processos judiciais. Esta automação promete uma padronização sem precedentes e um incremento substancial na eficiência do tratamento das vastas informações judiciais, otimizando fluxos de trabalho e aprimorando a gestão de dados.

Características Inovadoras e Benefícios Operacionais:

O Classificador incorpora um conjunto de funcionalidades robustas projetadas para garantir precisão e integridade nos dados:

- **Validação Inteligente e Ratificação Sugerida:** Uma das funcionalidades mais cruciais do CLASSIFICADOR é sua capacidade de inteligência artificial para analisar a coerência entre o conteúdo documental e a classificação atribuída. Caso identifique inconsistências, o classificador proativamente sugere ao usuário a ratificação ou correção da classificação. Esse mecanismo não só eleva exponencialmente a precisão do processo de categorização, como também minimiza erros humanos e acelera a revisão, assegurando que cada processo esteja corretamente enquadrado.
- **Higienização Abrangente de Bases de Dados:** O sistema foi desenhado para ir além da classificação, permitindo uma higienização global e sistemática de bases de dados estatísticas. Isso inclui a revisão e correção de classificações em petições iniciais, petições intercorrentes e todos os tipos de atos jurisdicionais — sejam eles decisórios (como sentenças e acórdãos) ou não decisórios (como despachos e decisões interlocutórias). Essa capacidade de limpeza e padronização é fundamental para a integridade dos dados, resultando em relatórios estatísticos mais confiáveis e em uma base sólida para análises de desempenho e planejamento estratégico.
- **Alinhamento Estratégico com Diretrizes do CNJ:** A arquitetura e o desenvolvimento da solução foram meticulosamente planejados para garantir total conformidade e alinhamento com as metas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Isso inclui a integração perfeita com iniciativas como o DATAJUD, que visa a coleta unificada de dados processuais, e o CODEX, que padroniza o sistema de indexação de documentos jurídicos. Essa aderência não apenas garante a conformidade regulatória, mas também posiciona o TJRJ na vanguarda da padronização e interoperabilidade sistêmica em nível nacional.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- **Promoção da Padronização e Qualidade de Dados Judiciais:** Em sua essência, a implementação do CLASSIFICADOR representa um salto qualitativo na gestão da informação judicial. Ao automatizar e refinar o processo de classificação, o projeto contribui diretamente para uma maior padronização terminológica e conceitual, o que, por sua vez, eleva a qualidade dos dados. Dados mais consistentes e precisos são a base para melhores tomadas de decisão, análises jurídicas mais eficazes e, em última instância, uma prestação jurisdicional mais célere e justa.

Entregas Concretas e Perspectivas:

O projeto CLASSIFICADOR já alcançou marcos importantes, solidificando sua contribuição para a modernização do TJRJ:

- **Modelos de Classificação Treinados e Especializados:** Foram desenvolvidos e treinados modelos de inteligência artificial altamente especializados para a classificação de classes e assuntos. Estes modelos cobrem de forma abrangente aproximadamente 500 assuntos distintos, com foco particular nas competências de Juizado Especial Cível (JEC), Cível e Empresarial. Essa amplitude garante a aplicabilidade da ferramenta em diversas esferas do direito, otimizando o fluxo de trabalho em setores cruciais.
- **Protótipo Funcional em Fase de Homologação:** Um protótipo completo, dotado de uma interface visual intuitiva e totalmente funcional, foi desenvolvido e está atualmente disponível para a fase crítica de homologação. Este processo envolve testes e validação por parte de usuários-chave, incluindo Magistrados e servidores de Cartório, garantindo que a ferramenta atenda às necessidades operacionais e se integre de forma fluida aos processos existentes antes de sua implementação em larga escala.
- **Capacitação e Engajamento dos Usuários:** Com o intuito de garantir a plena adoção e o uso eficaz da nova ferramenta, um workshop detalhado foi realizado em junho de 2025. Este evento proporcionou uma apresentação aprofundada do Classificador e um treinamento prático para os usuários, fomentando o engajamento e a familiaridade com as novas funcionalidades.
- **Metodologia de Desenvolvimento e Adaptabilidade Futura:** O processo de desenvolvimento do ASSIA incluiu uma fase extensiva de análise e comparação entre diversos modelos e soluções de classificação disponíveis no mercado e na academia. Este rigor permitiu a identificação do "melhor



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

modelo" inicial para a classificação, otimizando a performance. No entanto, cientes da rápida evolução da área de Inteligência Artificial, que pode trazer novas técnicas e implementações a qualquer momento, o produto foi concebido com uma robustez intrínseca para retreinamento contínuo. Ele permite a incorporação de feedbacks dos usuários como insumo para aprimoramento e é projetado para ser totalmente adaptável, garantindo que qualquer novo modelo de IA que surja no futuro possa ser integrado, mantendo o CLASSIFICADOR na vanguarda tecnológica.

11. OUTRAS REALIZAÇÕES NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

11.1 Evolução de Sistemas Judiciais Legados

11.1.1 DCP (Distribuição e Controle de Processos de 1^ª Instância)

Foram realizadas as seguintes iniciativas para evolução do sistema DCP:

- **Automatização da Movimentação para a Competência de Violência Doméstica:** implementação de melhorias para permitir a movimentação automática de processos para a competência de Violência Doméstica, com o objetivo de reduzir a intervenção manual do cartório, otimizando fluxos internos e garantindo maior celeridade processual;
- **Criação do Relatório de Processos Distribuídos por Plantão Judiciário (DCP):** desenvolvimento de relatório específico no DCP para viabilizar a consulta sistematizada dos processos distribuídos durante o plantão judiciário, promovendo maior controle e transparência;
- **Integração com as Publicações no DJEN:** estabelecimento de integração automatizada com o Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), possibilitando o monitoramento e controle de publicações de forma centralizada no sistema;
- **Inclusão do Marketplace na Tela do DCP:** inserção da funcionalidade de acesso ao Marketplace diretamente pela interface do DCP, facilitando a aquisição de soluções integradas e serviços complementares ao sistema;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- **Atualização do Relatório de Prisões Provisórias:** modificação no relatório para identificar réus presos em decorrência do descumprimento de medidas protetivas, alinhando a ferramenta com as demandas da competência de Violência Doméstica;
- **Nova Regra de Juntada de Petição sem Alteração de Local Virtual:** implementação de regra específica de juntada de petições que mantém inalterado o local virtual do processo, em atendimento ao processo SEI nº 2024-06003413;
- **Sigilo da Vítima na Pauta de Audiências da Violência Doméstica:** adequação do sistema para garantir o sigilo dos dados da vítima nas pautas de audiência relativas à Violência Doméstica, conforme princípios legais de proteção da intimidade e segurança da parte vulnerável;
- **Integração ao Domicílio Eletrônico – DCP:** integração da funcionalidade de Domicílio Eletrônico ao DCP, permitindo o gerenciamento e envio centralizado de comunicações eletrônicas oficiais às partes e representantes legais;
- **Integração com o BNMP para Atualização do Número do RJI:** conexão automatizada com o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP) visando à atualização do Registro Judiciário Individual (RJI) nos processos, promovendo uniformização e precisão cadastral;
- **Melhoria na Pesquisa Fonética na Ficha de Antecedentes Criminais:** aprimoramento do algoritmo de busca fonética, proporcionando maior efetividade na localização de registros na Ficha de Antecedentes Criminais, mesmo com variações na grafia dos nomes;
- **Gestão de Andamento 100% Digital:** implementação de controles para permitir a inclusão e exclusão de andamentos classificados como "100% digitais", ampliando a flexibilidade e o controle sobre os registros de tramitação processual;
- **Implantação de maior segurança na tela de autenticação:** implementação da melhoria da qualidade da senha e do MFA;
- **Juntada Automática de Certidão de Óbito aos Autos:** automatização da juntada de certidões de óbito aos autos processuais, com base em dados externos, eliminando etapas manuais e aumentando a eficiência na baixa de processos com parte falecida;
- **Adequações para Atendimento à Lei nº 15.035/2024:** inclusão de funcionalidades e ajustes necessários para a conformidade com os dispositivos da Lei Estadual nº 15.035/2024, promovendo segurança jurídica e aderência normativa;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- **Adequações para Atendimento à Lei nº 14.857/2021:** implementação de ajustes técnicos e procedimentais para garantir a compatibilidade com as disposições da Lei Federal nº 14.857/2021, especialmente no que se refere às novas diretrizes processuais.

11.1.2 Sistema Precatórios

No Sistema Precatórios, as seguintes melhorias foram implementadas:

- Integração com o Banco do Brasil: automatização de recursos das contas dos entes devedores;
- Simulação de Cálculo e Informação de Quitação;
- Inclusão das colunas valor mensal da parcela, aporte mensal e processo de pagamento no relatório de Estatísticas de Controle de Depósitos;
- Tratamento diferenciado para habilitação de herdeiros;
- Inclusão do tipo honorário sucumbencial para os casos em que os honorários tiverem que ser divididos por vários advogados;
- Tratamento para RPV (Requisições de Pequeno Valor) de dois ou mais precatórios diferentes;
- Tratamento de prioridades em precatórios de natureza alimentar dos entes do regime geral/comum;
- Relatório de entidades previdenciárias;
- Tratamento para documentos restritos.

11.2.3 SACDIG (Sistema de Apoio à Central de Digitalização)

Implantado novo relatório para acompanhamento das atividades de digitalização de documentos realizadas pela empresa contratada, a fim de consolidar o número de imagens exportadas no período de faturamento.

11.1.4 SCM e SCMWEB (Sistema Central de Mandados)

Diversas funcionalidades foram adicionadas ao sistema SCM, versões *desktop* e web tais como:

- Permitir a seleção de múltiplos arquivos por vez na tela de confecção de certidões nos dois sistemas (SCM Desktop e SCMWeb);



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Implantação de maior segurança na tela de autenticação com a implementação da melhoria da qualidade da senha e do MFA (SCM Desktop).

11.1.5 Correção Monetária (Calculadora Web)

Implementada nova funcionalidade para o cálculo de Multa Penal e Prestação Pecuniária.

11.1.6 SCJ (Sistema de Cálculos Judiciais)

As seguintes funcionalidades foram desenvolvidas no período:

- Inclusão dos fatores SELIC e IPCA-Bacen para cálculo da taxa legal;
- Criação de nova cesta de índices;
- Criação de 3 novos fundos:
 - FUNPGALERJ (Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento da Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro);
 - FUNPGT (Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento da Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro);
 - FUNDAC-PGGUERJ (Fundo Especial da Procuradoria-Geral da UERJ).
- Implementação da nova sistemática de cálculo, a ser considerada para os cálculos “cíveis”, à luz do disposto na lei Federal nº 14.905/24.
- Implantação de maior segurança na tela de autenticação com a implementação da melhoria da qualidade da senha e do MFA.

11.1.7 + Acordo

O projeto +Acordo tem como objetivo proporcionar soluções rápidas e adequadas para os mais diversos conflitos de interesse, aprimorando a experiência do usuário e aumentando a efetividade do Poder Judiciário. A iniciativa se concentrou na modernização e automação de processos judiciais, com foco em otimizar a gestão das demandas.

Entre as ações realizadas, destacam-se:

- Alteração de textos das páginas de “criar” e “consultar demanda processual”;
- Adicionada máscara ao número CNJ na página “demanda processual criada”;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Adicionado número CNJ no corpo do documento de Termo de Acordo;
- Bloqueado o tratamento de casos processuais de competências e órgãos específicos;
- Alterado menu principal e rodapé para que as listas de demandas pré e processuais estejam disponíveis separadamente para os perfis advogado e comitê;
- Adicionado texto explicativo na página principal de advogados substabelecidos e editar mensagem de sucesso de edição;
- Adicionado o recebimento de mensagens do chat em tempo real para os advogados substabelecidos;
- Alterado comportamento do sistema no início da negociação para minimizar casos de demandas falhadas por indisponibilidade no PJe;
- Foi permitido que advogados de ambos os polos da demanda processual realizem a retentativa de transferência de termo/relatório para o PJe em casos de falha;
- Exibição das demandas processuais criadas para o comitê supervisor;
- Exibição de ícone de 'nova mensagem no chat' na tabela de demandas processuais em negociação;
- Inclusão de notificações do sistema no chat das demandas processuais;
- Exportadas as listas de demandas processuais;
- Foi permitido que os advogados encerrem ativamente as demandas processuais em negociação;
- Foi permitido que uma demanda processual tenha CPF/CNPJ compondo os dois pólos;
- Foi permitido que o advogado crie e visualize demandas pré-processuais e processuais a partir de telas independentes;
- Foi permitido que o advogado visualize os dados de um processo a partir do nº CNJ (pelo botão de consultar ou pelo botão de criar demanda);
- Foi permitido que os advogados nativos do processo criem demandas processuais;
- Foi permitido que os advogados nativos do processo acessem demandas processuais e iniciem negociações;
- Alteração o nome do perfil "Advogado do demandante" para "Advogado";
- Foi permitido encerrar automaticamente demandas processuais se não houver atuação no prazo estabelecido na plataforma;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Possibilitada a troca de propostas e contrapropostas na etapa de negociação da demanda processual;
- Possibilitado o aceite de proposta/contraproposta de demanda processual;
- Foi permitida a recusa de proposta/contraproposta de demanda processual;
- Inclusão de "demandada" na lista de busca dos filtros do advogado;
- Exibição de ícone que indica que há novas mensagens no chat na tabela "Demandas em negociação";
- Alteração de texto da descrição de status 'em negociação' para o comitê supervisor;
- Alteração do default do filtro 'prazo' para os usuários da empresa;
- Padronização de textos sobre proposta automatizada disponível para reavaliação.

11.1.8 Domicílio Eletrônico

Foi expandida a integração para contemplar todas as pessoas jurídicas de direito privado, em atendimento ao cronograma de implantação do CNJ.

A integração do PJe com o Domicílio Eletrônico foi implementada em maio de 2024. Tal integração tem por finalidade modernizar, agilizar e tornar mais eficiente o envio de comunicações processuais às empresas, privadas e públicas, de forma centralizada, seguindo as diretrizes do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para adesão à PDPJ (Plataforma Digital do Poder Judiciário).

11.2 Evolução de Sistemas Administrativos

11.2.1 UNIVWEB (Gestão de Estagiários Universitários)

Implementado o Módulo de Produtividade Mensal de estagiários e residentes, em atendimento a obrigações demandadas pelo CNJ.

11.2.2 DELEGATÁRIOSWEB

Implementada integração com sistema SCOLWEB, garantindo consistência das informações relacionadas a órgãos.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11.2.3 FACILITADORESWEB

Inicialmente implementado como uma solução de contorno dentro do sistema GPES (desktop), o sistema ganhou sua versão WEB disponibilizado como um módulo do sistema CONCILIADORWEB.

11.2.4 CONCILIADORWEB

Implementado módulo para gerenciamento de designações (designação, prorrogação e dispensa) com as respectivas portarias. Foram implementados diversos relatórios gerenciais e uma funcionalidade para tratar reprovações de conciliadores reprovados no curso de formação.

11.2.5 PORTAL DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Implementada funcionalidade para indicação 1º, 2º, 3º e 4º secretários de juízes, viabilizando a reformulação de cargos CAI-04 para DAI-06.

11.2.6 CANDIDATURAWEB

Inaugurando o novo sistema que vai centralizar todos os tipos de candidaturas, foi implementado o módulo para candidatura de juristas (advogados). Gradativamente, todo sistema que cuidar de candidaturas será absorvido pelo CandidaturaWEB.

11.2.7 ÁREA EXTRAJUDICIAL

No âmbito dos sistemas da área extrajudicial, as seguintes iniciativas foram realizadas para aprimorar os serviços prestados:

- **MAC (Módulo de Apoio a Corregedoria):**

- Disponibilizado um serviço (API) no sentido de obter, o detalhamento dos pagamentos efetuados, de forma individualizada, por serviço extrajudicial, nos termos do artigo 5º, parágrafo único, da Lei Estadual nº. 10.234/23.
- A partir de 1º de janeiro de 2025, os valores das tabelas de custas e emolumentos, sejam atualizados pela variação da taxa referencial do Sistema de Liquidação de Custódia – SELIC – e não mais pela UFIR- RJ.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Disponibilizado um serviço (API) para prestar informações, mensalmente, ao FUNARPEN, conforme a Lei Estadual 10.234/2023: Quantidade de selos adquiridos pelos serviços extrajudiciais e à quantidade e discriminação de atos praticados, de forma individualizada, por serviço extrajudicial (conforme §2º, artigo 3º da Lei 10.234/23); e emolumentos dos serviços com atribuição de RCPN para apuração do reembolso renda mínima.
- **MAS (Módulo de Apoio ao Serviço):**
 - Importação dos arquivos da Secretaria de Saúde do histórico de declarações de nascidos vivos.
 - Integração com Receita Federal - Módulos CICAF e CICAJ - Integração com Projeto Cartórios da Receita Federal do Brasil - Coleta Nacional - TJRJ - Docs Módulo CICAJ. Elaboração do arquivo a ser transmitido à Receita Federal. O Módulo CICAJ abrange informações dos emolumentos recebidos por cada responsável pela serventia no Estado do Rio Janeiro. Informações de 2024. Em relação ao CICAF, para esse Módulo é necessário que seja encaminhado informações pelo FUNARPEN.
- Atualização tecnológica com fins a migração para utilização do Windows Server 2022, dos seguintes sistemas:
 - SFE_WAS;
 - MAC;
 - MAS;
 - Site Público;
 - Portal ExtraJudicial.

11.2.8 GRP (Sistema de Gestão Contábil, Financeira e Orçamento da SGPCF)

Foram desenvolvidas melhorias no módulo de Custos do GRP, dentre elas:

- Modificação de regra de cálculo de custo unitário, considerando para cada mês os últimos 12 meses de custos e métrica (Processos Baixados);
- Automatização da recuperação de registros de contratos do SISCAN, para programa de DE PARA de locais.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Elaboração do relatório 700040 - Anexo II - Resolução nº 195 – Proposta LOA-RJ, considerando a média de processos (casos novos) distribuídos ao primeiro e segundo graus, atendendo, assim, o previsto no inciso I do Art. 3º da Resolução CNJ nº 195/2014.

Além disso, foram realizadas alterações que permitem lançamentos relacionados à movimentação de 'Residentes' e 'Estagiários', através da utilização do programa: 'Recebimento de Comprovante - Completo'. Foi adicionado o campo 'VALOR SELO', no programa (695769-GRERJs). Por fim, foi implementada a integração de dados entre os sistemas GEAUX e GRP.

11.2.9 COBRANÇA (Sistema de Cobrança Administrativa)

Foi implementado o envio eletrônico de Notas de Débito para a PGE (Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro), com inscrição em Dívida Ativa e retorno do número da CDA (Certidão de Dívida Ativa). Além disso, foi desenvolvido o serviço de consulta eletrônica de CDA (Certidão de Dívida Ativa).

11.2.10 ARRECINTEGRA WEB (Sistema de Arrecadação Integrada)

Foi implementado o projeto piloto da Certificação de Custas e a criação do novo fluxo da certidão automática de Agravo de Instrumento. Além disso, foram realizadas melhorias na integração com o eproc, sendo as principais:

- Criação de novo serviço - Extrato da GRERJ Eletrônica;
- Liberação de acesso aos processos da central de autuação e arquivamento para o eproc;
- Alterações nas consultas dos processos migrados do PJe para eproc.

11.2.11 SRGRERJ (Sistema de Restituição de GRERJ)

Foi desenvolvido um sistema para proporcionar a solicitação de restituição de GRERJ pelo portal. No momento se encontra pronto para ir para produção, aguardando publicação do Diário Oficial para divulgação e inclusão de link no Portal do TJRJ.

11.2.12 SISCOB (Sistema de Cobrança Administrativa)

Foi implantado parcialmente o novo Sistema de Cobrança Administrativa, em plataforma web. Novas funcionalidades estão em desenvolvimento, tais como, envio de intimação pelo e-carta, cadastramento de



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

débitos extrajudicial integrado ao novo sistema de geração de certidão de débitos extrajudicial, assinatura eletrônica de documentos, confecção de relatórios e outras adequações solicitadas pela área usuária, destacando-se a integração com o sistema SEI.

11.2.13 GRERJ Eletrônica

Foi desenvolvido o serviço "Buscar GRERJs por Processo" para viabilizar a integração com o eproc.

11.2.14 Sistemas da EMERJ

Atualização da logomarca da EMERJ nos Relatórios dos sistemas abaixo, padronizando a "MARCA EMERJ" nos documentos gerados e emitidos conforme estabelecido no ATO REGIMENTAL EMERJ Nº 06/2025, que dispõe sobre a utilização da "Marca EMERJ" para ações de Comunicação Institucional no âmbito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro:

- CADEMERJ (Sistema de Cadastro Geral da EMERJ);
- SGEMERJ (Sistema de Gestão da EMERJ);
- SIEM (Sistema Integrado da EMERJ);
- SIEM-EVENTOS (Sistema de Eventos da EMERJ);
- SCPE (Sistema de Concurso Público para EMERJ);
- SPGE (Sistema de Pós-graduação da EMERJ).

Implementada melhoria no SPGE de emissão de carteirinha estudantil para alunos dos cursos de especialização nas áreas do direito (Pós-Graduação Lato Sensu da EMERJ).

11.2.15 SISCOR (Sistema de Correspondências)

Foi concluída a implementação do módulo administrativo, com a exceção do módulo que atende às serventias, que, apesar de pronto, foi identificada a necessidade de ampliar o treinamento, bem como refinar a interface com os sistemas DCP e PJe para apoiar a fiscalização do contrato com os Correios.

Está em curso a interface com os sistemas eproc e SISCOB, visando a aferição das faturas do contrato com os Correios.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11.2.16 SISLIC (Sistema de Licitações)

O SISLIC absorveu o SISRS, visando a futura migração para o SISCOL. Ajustes foram realizados para a aderência à Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/21), bem como adequações para atender à ATRICON.

11.2.17 SGSIN (Sistema de Segurança Institucional)

Foi iniciado o desenvolvimento do SGSIN – sistema para uso da SGSEI, com requisitos específicos de segurança. O primeiro módulo, de cadastro de contingência, está em homologação para validação pelos usuários.

11.2.18 ESOU (Sistema de Ouvidoria)

Foram realizadas melhorias na pesquisa de satisfação.

11.2.19 SISCOMAWEB (Sistema de Controle de Malotes)

Foi iniciado o desenvolvimento do SISCOMAWEB, migrando o sistema anterior para uma tecnologia mais moderna, com absorção do Sistema de Controle de Envelopes (SISCODENV). Até 30 de junho fora entregue 70% do desenvolvimento.

11.2.20 CERIMONIALWEB (Sistema de Cerimonial)

Foi desenvolvido e entregue o CERIMONIALWEB, migrando o sistema anterior para uma tecnologia mais moderna. Estão em homologação novas funcionalidades ligadas a convites e acessibilidade.

11.2.21 SIDOC (Sistema de Controle de Documentação - DEGEP)

Foi iniciado o desenvolvimento do SIDOC para controle das RADs, com previsão de entrar em produção até o fim de julho.

11.2.22 SISCAN (Sistema de Controle Contratos e Atos Negociais)

Realizadas adaptações no cadastro de fiscais para atender ao portal da transparência.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11.2.23 SEI (Sistema Eletrônico de Informações)

O projeto de integração de inteligência artificial (IA) ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) foi iniciado por meio da implementação do módulo SEI IA, desenvolvido pela ANATEL. Este módulo foi instalado no ambiente de homologação do SEI e encontra-se em etapa de validação de integração sistêmica. A progressão para o ambiente de produção estará condicionada à conclusão satisfatória dos testes e à deliberação da Administração Superior.

11.2.24 Modernização dos Sistemas Legados

Foi elaborado e executado um processo de modernização tecnológica de sistemas com o objetivo de atualizar sua linguagem de programação para uma mais contemporânea. Essa mudança foi necessária para garantir maior segurança dos sistemas e melhorar a experiência do usuário.

Os sistemas modernizados foram:

- SHFTJ – Sistema de Histórico de Funcional (MUMPS – MPS) – rotinas que foram migradas para o GPESWEB:
 - Rotinas relacionadas à aposentadoria de magistrados.
 - Rotinas relacionadas a funcionários que ainda eram utilizadas pela SGPES/DEAPS/DIAPA e SGPES/DEAPS/DICAD.
 - Rotina de averbação para fins de projeções.
 - Rotina Calculadora de Datas de Marcos.
 - Rotina de movimentação sem tipo definido (outros).
 - Rotina de cadastro de dossiê de candidato.
 - Rotinas relacionadas a pensão.
 - Rotinas de provimentos de entrada.
 - Rotinas de provimentos de saída.
 - Rotina de provimento de Reversão ao Serviço.
- SHM – Sistema de Histórico de Magistrados Funcional (MUMPS) – rotinas que foram migradas para o GPESWEB:
 - Rotinas de provimentos de entrada.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Rotinas de provimentos de saída.

11.2.25 SISWEB/SISTUSU (Sistema de Controle de Usuários)

Foi criado um componente (biblioteca dinâmica contendo dados que podem ser acessados por vários programas) para DCP e EJUD, visando aderência à PDPJ (Plataforma Digital do Poder Judiciário).

Foi implementada uma rotina de inativação automática que agora inclui outras origens, como Juízes Leigos e estagiários, garantindo maior controle e organização na gestão dos registros.

Além disso, foi estabelecido que o cadastro de e-mail se tornará obrigatório, com o objetivo de garantir a adoção do MFA (Autenticação Multifatorial), fortalecendo a segurança no acesso aos sistemas.

11.2.26 Portal Institucional do TJRJ

Foi desenvolvido o Portal da SGTEC com a disponibilização de informações relevantes que auxiliam a gestão da secretaria.

Foi realizada a integração com o sistema SOFE para obtenção do catálogo de aplicações para apresentação no Portal da SGTEC.

Para atendimento às determinações (Portaria CNJ 140/2024) a respeito da segurança de acesso dos usuários foi implementado o duplo fator de autenticação, a partir do envio de um código de acesso para o e-mail institucional dos usuários internos.

11.2.27 Portal de Serviços

Uma nova petição foi desenvolvida para disponibilização de dados bancários, conforme solicitação do magistrado responsável pelo Precatório, com envio direto das informações para o sistema HOLUS.

O Portal foi adaptado para exibir a íntegra das publicações encaminhadas ao DJEN, que entrou em produção em 11/11/2024, conforme estabelecido pelo Aviso TJ nº 347/2024, de 08/10/2024. Além disso, houve alteração no envio de protesto de títulos, com adaptação à regra do CNJ, que proíbe a execução de títulos fora da comarca do executado.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Encontra-se em fase final de testes a entrega do novo peticionamento de sustentação oral, nos moldes já utilizados nos Tribunais Superiores (STF e STJ), incluindo também o envio de Memoriais, garantindo maior alinhamento com as melhores práticas do Judiciário.

Foi implantada ferramenta Rybená que oferece soluções de acessibilidade digital, para pessoas com deficiência auditiva, visual e dificuldades de leitura. Atua como um tradutor de Libras e voz.

Para evitar distribuições equivocadas, foram realizadas alterações no sistema relacionadas ao Juizado do Torcedor e Grandes Eventos.

Foi implantada integração com o DCP para atender ao Juízo de Garantias.

Por fim, foram criados novos perfis de consulta processual exclusivos para a Polícia Militar, Guarda Municipal e Polícia Civil, com foco na competência Violência Doméstica, atendendo solicitação do magistrado coordenador do GMF.

11.2.28 GTCORP – Sistema de Gestão de Tabelas Corporativas

Implantada a integração automatizada ao Banco Central para carga das informações sobre instituições financeiras (bancos).

11.2.29 DJE (Diário da Justiça Eletrônico)

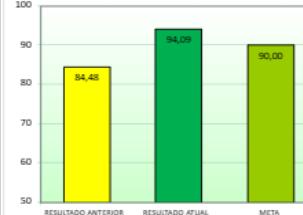
Foi implantada ferramenta Rybená que oferece soluções de acessibilidade digital, para pessoas com deficiência auditiva, visual e dificuldades de leitura. Atua como um tradutor de Libras e voz.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

12. PLANILHAS DE INDICADORES – ESTRATÉGICOS, GERENCIAIS E OPERACIONAIS

PLANILHA DE INDICADORES															
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.															
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGTEC	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	X	INDICADOR DE PROJETO	--	INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	--	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE							
TEMA	Governança de TIC		OBJETIVO ESTRATÉGICO	Aprimoramento da Governança de TIC											
INDICADOR	Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD)			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	--										
FINALIDADE	Medir a maturidade da Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário.							CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO							
PERIODICIDADE	Anual	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	--	INDICADOR DE DESEMPENHO	X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA	--	INDICADOR DE EFETIVIDADE							
FÓRMULA	Nota final da avaliação da Área de TIC * 0,9 + Nota final da Área de Negócio * 0,1 (O cálculo das notas da Área de TIC e Negócio são calculadas de acordo com os critérios definidos pelo CNJ no Manual do iGovTIC, atualizado a cada ano)						SENTIDO DE MELHORIA	Maior é Melhor (mM)							
META	Maior que 90				ORIGEM DOS DADOS	Fontes diversas das unidades da SGTEC		UNIDADE DE MEDIDA							
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	Ano	2021	2022	2023	2024	2025									
	Resultado iGovTIC	77,40	88,32	84,48	94,09										
RESULTADOS NO PERÍODO															
RESULTADO NO PERÍODO - Período: Fonte:															
RESULTADO ANTERIOR	84,48														
RESULTADO ATUAL	94,09														
META	90,00														
ANÁLISE CRÍTICA	Em 2024 o TJRJ atingiu o nível de excelência do CNJ. O levantamento de 2025 foi realizado em maio e conforme cronograma do CNJ, a previsão é que o resultado final seja publicado em 10/09/2025.														
AÇÕES GERENCIAIS															
Responsável pela emissão do relatório:	Leandro Jose Soares	Responsável (aprovação e divulgação):	João Marcelo Romano	Data:	08/07/2025										



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

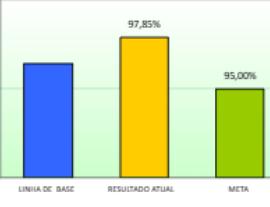
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TIERI													
PLANILHA DE INDICADORES													
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TIERI se a versão impressa do documento está atualizada.													
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGTEC	INDICADOR ESTRATÉGICO	INDICADOR GERENCIAL	X	INDICADOR OPERACIONAL	OUTROS							
MACRODESAFIO	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	OBJETIVO ESTRATÉGICO	Aprimoramento da Gestão da Infraestrutura e dos Equipamentos de TI										
INDICADOR	Disponibilidade de Banco de Dados	PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	Gerenciar a Disponibilidade e a Capacidade de TIC										
FINALIDADE	Monitorar e garantir a disponibilidade de banco de dados				CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Status							
PERIODICIDADE	Trimestral	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO			INDICADOR DE DESEMPENHO	X							
FÓRMULA	$(\sum \text{de horas de conexão bem sucedidas no período} / \sum \text{de horas do período}) \times 100$				SENTIDO DE MELHORIA	MM							
META	Maior que 99,50%			ORIGEM DOS DADOS	Ferramenta de monitoramento	UNIDADE DE MEDIDA	Porcentagem						
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2023	1º T 2023	2º T 2023	3º T 2023	4º T 2023	Resultado no Per.							
	2024	1º T 2024	2º T 2024	3º T 2024	4º T 2024	Resultado no Per.							
	2025	1º T 2025	2º T 2025	3º T 2025	4º T 2025	Resultado no Per.							
		99,66%	98,55%	98,94%	99,09%	99,06%							
RESULTADOS NO PERÍODO													
LINHA DE BASE		99,39%		RESULTADO NO PERÍODO - Período: Fonte:									
RESULTADO ATUAL		99,84%		EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - FONTE:									
META		99,50%											
ANÁLISE CRÍTICA		Ficamos na média esperada de disponibilidade, sem ocorrências relevantes.											
AÇÕES GERENCIAIS		Devido a ações reativas mais eficazes e a uma constante melhoria no monitoramento, seguimos nesse segundo trimestre de 2025 com o percentual médio de disponibilidade desejado.											
Responsável pela emissão do relatório:		Diego Carvalho Napolitano		Responsável (aprovação e divulgação):		João Marcelo Romano							
Data:		10/07/2025											



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)

SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

UNIDADE ORGANIZACIONAL	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TJERJ																								
	PLANILHA DE INDICADORES																								
	SGTEC	INDICADOR ESTRATÉGICO		INDICADOR GERENCIAL		INDICADOR OPERACIONAL	X	OUTROS																	
MACRODESAFIO	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados				OBJETIVO ESTRATÉGICO	Aprimoramento da Governança de TIC / Aprimoramento da Gestão da Infraestrutura e dos Equipamentos de TI / Aprimoramento dos Sistemas Institucionais e Geração de Inovações Tecnológicas																			
INDICADOR	Índice de Solicitações de Atendimento Concluídas Dentro do Prazo				PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	Gerenciar Incidentes / Gerenciar Requisições																			
FINALIDADE	Acompanhar o percentual de solicitações de atendimentos finalizados dentro do prazo estipulado.							CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Status																
PERIODICIDADE	Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO				INDICADOR DE DESEMPENHO	X																		
FÓRMULA	$(\sum \text{ de quantidade de solicitações de serviço atendidas dentro do prazo} / \sum \text{ de quantidade de solicitações de serviço abertas}) \times 100$							SENTIDO DE MELHORIA	MM																
META	Maior que 95%							ORIGEM DOS DADOS	Ferramenta de ITSM																
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2023	jan 96,96%	fev 97,87%	mar 96,70%	abr 97,59%	mai 98,51%	jun 97,69%	jul 97,71%	ago 97,09%	set 95,26%	out 96,27%	nov 92,91%	dez 90,89%	Resultado no Per. 96,42%											
	2024	jan-25 96,34%	fev-25 97,13%	mar-25 97,32%	abr-25 98,91%	mai-25 98,21%	jun-25 99,15%	jul-25	ago-25 97,32%	set-25 98,91%	out-25 99,15%	nov-25	dez-25 97,85%	Resultado no Per.											
	2025	jan-26 96,42%	fev-26 97,85%	mar-26 97,32%	abr-26 98,91%	mai-26 98,21%	jun-26 99,15%	jul-26	ago-26 97,32%	set-26 98,91%	out-26 99,15%	nov-26	dez-26 97,85%	Resultado no Per.											
RESULTADOS NO PERÍODO		RESULTADO NO PERÍODO - Período: Fonte:			EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - FONTE:				2025	2024															
LINHA DE BASE	96,42%							96,42%	97,85%	95,00%	96,34%	97,13%	97,32%	98,91%	98,21%	99,15%	97,32%	98,91%	99,15%	92,91%	90,89%	96,42%			
ANÁLISE CRÍTICA	Em 02/12/2024, a nova contratada iniciou suas atividades e começou a realizar a contratação dos funcionários em ondas. Esse processo, até sua conclusão, impactou o atendimento e causou a queda nos índices alcançados. Com o preenchimento das equipes de atendimento, normalizado no final do mês de janeiro/25, o indicador apresentou incremento, atingindo o patamar de 95% a partir de jan/25, quando foi possível normalizar o backlog deixado durante o processo de mudança da empresa contratada.																								
AÇÕES GERENCIAIS	Todos os indicadores de qualidade previstos no Termo de Referência são medidos mensalmente. Com isso, é exercido o controle sobre a qualidade do serviço prestado. Glosas são aplicadas sempre que o padrão de qualidade exigido não é cumprido.																								
Responsável pela emissão do relatório:		James Maier Rozenberg		Responsável (aprovação e divulgação):		João Marcelo Romano		Data:		14/07/2025															